

stricto
SENSU
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

**FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

PAULO ROBERTO WÜNSCH

**O MOVIMENTO SINDICAL NA DINÂMICA DA
ACUMULAÇÃO CAPITALISTA:
AÇÃO SINDICAL DOS TRABALHADORES
METALÚRGICOS DE CAXIAS DO SUL**

PORTO ALEGRE, 2007

PAULO ROBERTO WÜNSCH

**O MOVIMENTO SINDICAL NA DINÂMICA DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA:
AÇÃO SINDICAL DOS TRABALHADORES
METALÚRGICOS DE CAXIAS DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Professor Doutor Carlos Nelson dos Reis

Porto Alegre, 2007

PAULO ROBERTO WÜNSCH

**O MOVIMENTO SINDICAL NA DINÂMICA DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA:
AÇÃO SINDICAL DOS TRABALHADORES
METALÚRGICOS DE CAXIAS DO SUL**

Esta Dissertação foi submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para obtenção de Título de:

Mestre em Serviço Social

E aprovada na sua versão final em 28 de março de 2007 atendendo às normas da legislação vigente da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

Professora Doutora Berenice Rojas Couto
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

Banca Examinadora:

Professor Doutor Cássio Calvete
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Professor Doutor Carlos Nelson dos Reis
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Professora Doutora Jane Cruz Prates
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

AGRADECIMENTOS

Agradecer expressa o sentimento de gratidão a quem em diferentes momentos e de diversas maneiras contribuiu e influenciou na trajetória percorrida para a construção da dissertação. É o reconhecimento a pessoas e instituições cuja generosidade, solidariedade e afeto nos permitem resistir aos tempos da acumulação flexível, das relações de curto prazo, da meritocracia, do individualismo.

A Dolores pelos anos de convívio repletos de cumplicidade intelectual, no projeto de sociedade e no amor, cujo maior legado é a Marina e a Karla. Sem a compreensão e apoio destas mulheres maravilhosas não seria possível viabilizar os estudos e a dissertação.

Aos meus pais, Ginter e Marlene que não medem esforços para auxiliar nas adversidades. Aos irmãos Jorge e Jaime importantes referências, e iniciadores do compromisso com a luta social. A família Sanches nas pessoas da Lourdes e do Fernando, sempre disponíveis para contribuir.

Ao Carlos Nelson, orientador e também amigo. Pessoa que dignifica a atividade profissional de professor, pelo seu conhecimento e sensibilidade possibilitando o aprendizado e crescimento pessoal.

As professoras e amigas Jane Prates e Jussara Mendes, pelo significado da presença de vocês no meu processo de formação. À Berenice Couto, pelos ensinamentos recebidos e parceria. Aos demais professores do PPGSS/PUCRS, pelos apoios, incentivos e evolução acadêmica que me possibilitaram.

Aos amigos(as) que incentivaram, torceram, ajudaram nesta e outras caminhadas:

Adalberto, Antônio, Chico, Déo, Edla, Fabiana, Fredo, Gerry, Giovana, Jairo, Jussara Cony, Liana, Luciane, Minda, Paulo Antônio, Raul Carrion, Rosângela, Sadi, Sheila, Solange, Solis, Tânia, Tatiana, Tiago, Vanessa. São Amigos dos mais diferentes espaços de convívio, na Ulbra/Carazinho, no NEPES, na Escola Alfredo Aveline, na sala de aula, nas frentes de luta política por uma sociedade socialista e nos momentos de descontração.

Aos demais colegas do Mestrado e do Núcleo de Estudos em Política e Economia Social por dividirem espaço de discussão e aprendizado. À disponibilidade dos trabalhadores do setor administrativo da Faculdade de Serviço Social.

À capes, pelo apoio e pelo fomento dados ao presente curso de mestrado em serviço social.

Por fim, a todas as pessoas que tem desenvolvido ações e contribuído para a organização do povo para enfrentamento das expressões da questão social e na defesa de uma sociedade que respeite as diferenças, mas não admita as desigualdades.

Meus Agradecimentos

Numa era industrial
A ambição, gerou ganância e cobiça
Máquinas devoram o trabalhador
Uma escravidão...Onde o capital é o que importa
Se o tempo é dinheiro a ganhar
A vida é só trabalhar
Pra sobreviver, não basta!
Surgem movimentos pelo mundo
Irmanados por um ideal
Pra nossa dignidade
"1º de Maio", conquista universal
Quero ter o meu direito, chega de exploração
Com licença, eu vou à luta
Faço greve, vou pra rua
Digo não a opressão
Está em nossas mãos
Transformar o sonho em realidade
Acreditar num mundo com mais igualdade
Sindicatos livres no País
A força do "ABC", nossa raiz
Quero ter salário justo e um melhor viver
Pro crescimento da nossa Nação, educação
Acorda Brasil... A nossa gente vale ouro
O "Trabalho" é nosso tesouro
Orgulho dessa Pátria Mãe Gentil
Sou Tom Maior amor... (Meu amor)
Razão do meu viver...
Alô companheiro de luta e de fé
A nossa união vem do Sumaré

Samba-enredo 2007/ Tom Maior
Com licença, eu vou à luta

RESUMO

A presente dissertação analisa a dinâmica da acumulação e as resistências promovidas pelos sindicatos. Para isto, se apoia na pesquisa bibliográfica, a fim de realizar uma síntese, considerando os movimentos nacionais e suas repercussões no local. Efetua uma incursão na história brasileira especialmente no que se refere ao enfrentamento realizado pelas entidades sindicais as expressões das desigualdades sociais oriundas do processo de acumulação. Enfatiza as ações coletivas, pois estas requerem um associativismo consciente e refletem as contradições no interior das classes sociais, bem como o antagonismo de classe. A pesquisa desenvolvida evidencia que a dominação consentida ou coercitiva realizada pelas classes dominantes brasileiras visando a acumulação sofre mutações de acordo com o contexto histórico, cultural, político e econômico. Ressalta que as classes subalternas sempre resistiram ao processo de acumulação de acordo com as condições objetivas e o grau de desenvolvimento da consciência coletiva. Esta situação é confirmada com o resgate histórico da formação do Brasil a partir das particularidades originárias do processo de colonização, o qual integrava o sistema colônia. Busca compreender as desigualdades de desenvolvimento econômico da sociedade brasileira e as singularidades do município de Caxias do Sul e no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico. O resultado disto, é a convicção de que as análises das singularidades são importantes, pois os estudos generalizantes empobrecem o conhecimento da realidade social, da mesma forma que a fragmentação impede a compreensão do processo na sua totalidade. Além disto, a dissertação ao realizar uma síntese histórica das resistências a acumulação destaca o papel do Estado na regulação ou não dos direitos, situando-o como esfera de disputa política e da qual, dependem as conquistas das classes subalternas. O estudo aponta, ainda para a compreensão do processo de reestruturação produtiva e o novo padrão de acumulação capitalista e seus impactos no sindicato e ação coletiva, para contribuir com a formulação de estratégias de ação sindical para enfrentar as expressões da questão social considerando toda herança histórica.

Palavras-Chaves:

Sindicatos – Ação Coletiva – Reestruturação Produtiva

RESUMEN

La presente disertación analiza la dinámica de la acumulación y las resistencias promovidas por los sindicatos. Para esto, apoya en una pesquisa bibliográfica, a fin de realizar una síntesis, considerando los movimientos nacionales y sus repercusiones en el sitio. Realiza una incursión en la historia brasileña especialmente en lo que se refiere al enfrentamiento realizado por las entidades sindicales las expresiones de las desigualdades sociales oriundas del proceso de acumulación. Enfatiza las acciones colectivas, pues éstas requieren un asociacionismo consciente y reflejan las contradicciones en el interior de las clases sociales, luego como el antagonismo de clase. La pesquisa desarrollada evidencia que la dominación consentida o coercitiva realizada por las clases dominantes brasileñas visando la acumulación sufre mutaciones de acuerdo con lo contexto histórico, cultural, político y económico. Resalta que las clases subalternas siempre resistirán al proceso de acumulación de acuerdo con las condiciones objetivas y el nivel del desarrollo de la consciencia colectiva. Esta situación es confirmada con el rescate histórico de la formación de Brasil a partir de las particularidades originarias del proceso de colonización, el cual integraba el sistema colonia. Busca comprender las desigualdades del desarrollo económico de la sociedad brasileña y de las singularidades de la ciudad de Caxias del Sur y del Sindicato de los Trabajadores de las Industrias Metalúrgicas, Mecánicas y de Material Eléctrico. El resultado de esto, es la convicción de que los análisis de las singularidades son muy importantes, dado que los estudios generacionales empobrecen el conocimiento de la realidad social, de la misma forma que la fragmentación impide la comprensión del proceso en su totalidad. Además de eso, la disertación al realizar una síntesis histórica de las resistencias la acumulación destaca el papel del Estado en la regularización o no de los derechos, situándolos como esfera de disputa política y de la cual, dependen las conquistas de las clases subalternas. El estudio apunta, aún para la comprensión del proceso de reestructuración productiva y el nuevo patrón de acumulación capitalista y sus impactos en el sindicato y acción colectiva, para contribuir con la formulación de estrategias de acción sindical para enfrentar las expresiones de la cuestión social considerando toda herencia histórica.

Palabras claves:

Sindicatos – Acción Colectiva – Reestructuración Productiva

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Fluxo de imigrantes no Brasil e em São Paulo — 1850 a 1889	33
TABELA 2 – Número de Fábricas e Operários no Brasil — 1889 a 1930	37

LISTA DE SIGLAS

AHMCS	Arquivo Histórico do Museu de Caxias do Sul
ALN	Aliança Nacional Libertadora
ANC	Assembléia Nacional Constituinte
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CCQ	Círculo de Controle de Qualidade
CGTB	Central Geral dos Trabalhadores no Brasil
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
COB	Confederação Operária Brasileira
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Sócio-Econômicos
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
EUA	Estados Unidos da América
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IDORT	Instituto de Organização Racional do Trabalho
IRT	Inspetoria Regional do Trabalho
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MUT	Movimento Unificador dos Trabalhadores
PCB	Partido Comunista do Brasil
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PT	Partido dos Trabalhadores
PUA	Pacto de Unidade de Ação
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SALTE	Saúde, Alimentação, Transporte e Energia
STIMMME	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânica e de Material Elétrico
SUS	Sistema único de Saúde
UDN	União Democrática Nacional
UNE	União Nacional dos Estudantes
ZCI	Zona de Colonização Italiana

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 APORTE METODOLÓGICO PARA COMPREENSÃO DA DINÂMICA DA ACUMULAÇÃO E AS FORMAS DE RESISTÊNCIA	14
1.1 Tópicos da dinâmica da acumulação e resistência	14
1.2 O método e o aporte metodológico.....	17
2 O MOVIMENTO SINDICAL NO CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DA ACUMULAÇÃO	21
2.1 Da colônia ao império: facetas da escravidão direta e indireta	21
2.2 A república dos coronéis e a construção do sindicalismo	36
2.3 A regulação sindical e trabalhista dos anos 1930	42
2.4 Abertura da economia ao capital internacional	55
2.5 A crise de acumulação dos anos 1980	59
3. A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E MOVIMENTO SINDICAL	66
3.1 Os impactos da reestruturação produtiva nos metalúrgicos de Caxias do Sul.	67
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81

INTRODUÇÃO

Este estudo evidencia o sindicato enquanto instrumento potencial para projetar e forjar formas de resistência às várias expressões da questão social. Parte do pressuposto teórico que a organização sindical e a ação coletiva desenvolvida a partir de situações de trabalho são essenciais no desenrolar do processo histórico e ao entendimento das transformações econômica e social. Em suma, reconhece a importância da organização operária na dinâmica social, pois mesmo as classes dominantes conduzindo o processo histórico o fazem forçados pela pressão dos subalternos. Evidentemente que a eficácia em influir ocorre de acordo com a capacidade de resistência e em promover ações coletivas como as que potencialmente o sindicato pode realizar. Contudo estas ações não acontecem natural e espontaneamente, demandam um associativismo consciente.

Entretanto esta organização e a própria conformação da classe operária têm sofrido mutações, demonstrando sua historicidade, que reflete e se manifesta no grau de desenvolvimento econômico, na conjuntura política, na correlação de forças, na referência ideológico-política, na sua morfologia e estrutura da respectiva localidade.

O percurso desenvolvido pela pesquisa busca superar os estudos atomizados ao situar o contexto histórico, cultural e econômico do surgimento da organização operária. O processo visa refutar a visão mítica sobre os “construtores de riqueza”. Mito este construído a partir de uma visão idealista, pelo viés “elitista” ou “esquerdista infantil”, na qual o “povo brasileiro é visto como pacífico”, “acomodado” e não aceita rupturas. Afinal, a qual segmento da sociedade se associa este tipo de generalização? A quem interessa a construção de um tipo ideal de “homem brasileiro” com esta índole? Quais são efetivamente nossas singularidades e heranças da gênese histórica? Qual o papel da organização e resistência dos oprimidos e explorados, especialmente os operários, no desenvolvimento do processo histórico? Quais os impactos das mutações contemporâneas no mundo do trabalho?

Para responder a estas questões, inicialmente apresentar-se-á o estudo e o percurso metodológico tendo como eixo a resistência e a pesquisa sobre a organização e ação sindical dos trabalhadores, em especial, dos metalúrgicos do município de Caxias do Sul. Assim, se estabelece a conexão e incidência do contexto econômico, político, social, cultural nacional no municipal. Estes propósitos somente podem ser atingidos através do método materialista dialético histórico e suas respectivas categorias básicas, quais sejam: a totalidade, a historicidade e a contradição.

Estas definições são fundamentais para se proceder ao resgate do processo histórico a partir da colonização exploradora da qual o Brasil é originário, que compõem o segundo capítulo. No mesmo, se estabelecem algumas conformações do período colonial cujo legado manifesta-se na atualidade. Nele destaca-se a cultura da personalidade e a tibieza nas formas de organização enquanto heranças portuguesas. Sua compreensão requer a análise do sistema colonial, que era baseado na exploração da mão-de-obra via escambo e/ou escravidão alicerçada na desigualdade dos homens e da força de trabalho. A escravidão viabilizou a colônia e esta, o comércio mundial, condição da existência da grande indústria mecanizada.

Assim, a constituição brasileira inicial fundamenta-se no nobre ou fidalgo mercantilista português, no índio nativo e no negro africano. Sendo que destes dois últimos originam as primeiras iniciativas de resistência individual ou coletiva, que obedeciam às condições objetivas e subjetivas da realidade.

Na seqüência, o estudo aborda o ingresso dos imigrantes para ocupar o território ou suprir a necessidade de mão-de-obra nas fazendas de café o que significou, incremento de conhecimento técnico, como também do ideário reformista e revolucionário anarquista. Com eles, surgem a relação assalariada e as primeiras organizações operárias no país. Em suma, com o trabalho remunerado e as experiências vivenciadas na Europa, emerge o movimento operário diante da omissão do Estado na regulação da relação trabalho e capital.

Em ato contínuo, demonstra-se que há um aumento do contingente operário e número de fábricas durante o período da República dos Coronéis repercutindo no incremento do número de greves. O destaque é a greve geral de 1917, a qual reflete o contexto internacional, o crescimento da organização operária em número de entidades e o aumento de publicações por elas efetivadas. Um dos indicadores disto é o surgimento da Sociedade dos Metalúrgicos de Caxias do Sul (1928).

E, prossegue com a análise do movimento de 30, enquanto conquista do poder pela dissidência da elite, e a obtenção da hegemonia do setor urbano-industrial. Processo este situado na realidade de crise do Estado liberal (1929), na nova divisão internacional do trabalho e nas lutas grevistas dos operários. Esta conjuntura requer redefinição do papel do Estado, que passa a regulamentar os Sindicatos e os direitos sociais dos trabalhadores urbanos. Como parte deste processo surge o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Caxias do Sul, em março de 1933. A mudança nas atribuições do Estado o tornam um indutor do crescimento econômico através de investimentos públicos em infra-estrutura e indústria de base, indispensável a indústria de transformação. Alias, condição esta que permitiu a atração

do investimento do capital estrangeiro especialmente automobilística durante o final dos anos 1950.

Perseverando no resgate histórico, aborda-se o crescimento do movimento operário e o acirramento das disputas, a instabilidade política, e o golpe de Estado (1964). O advento do regime militar transformou o “pacífico povo brasileiro” em uma ameaça que necessitava viver sob a censura e a limitação dos direitos políticos. Os “sindicatos oficiais” ficaram sujeitos ou sofreram intervenções, sendo assegurado prender, torturar e eliminar todos os suspeitos de constituir uma ameaça ao poder usurpado. Isto, contudo não impediu a resistência que culminou com a memorável campanha das diretas já e o processo de redemocratização do país. A conquista da democracia com ampla participação popular e um papel ativo de parcela do movimento sindical resultou na “Constituição Cidadã”. Entretanto a mesma sequer foi efetivada e ocorre a “contra reforma” de recorte neoliberal.

O último capítulo aborda a reestruturação produtiva entendida como uma série de inovações tecnológicas na base produtiva, mudanças no processo de organização e gestão da força de trabalho. Mutações estas que objetivam a recuperação das taxas de lucro, e para tal necessitam do envolvimento dos operários com os objetivos da empresa. Portanto, analisa as mudanças objetivas relacionadas à condição de emprego e salário e, as relativas à subjetividade operária, isto é sua consciência de classe. Em suma, aborda a reestruturação produtiva e suas refrações no movimento sindical.

Por fim, este estudo, reitera nas suas considerações, a necessidade da construção de uma contra-hegemonia considerando as características herdadas da ação e organização sindical, bem como da compreensão do processo de reestruturação produtiva que busca estabelecer um novo padrão de acumulação.

1 APORTE METODOLÓGICO PARA COMPREENSÃO DA DINÂMICA DA ACUMULAÇÃO E AS FORMAS DE RESISTÊNCIA

O presente capítulo trata das condições primeiras que aproximam o desenvolvimento dos objetivos a serem desenvolvidos nesta dissertação. Para tanto, inicia destacando alguns tópicos da dinâmica da acumulação e a resistência a mesma, tendo em vista os movimentos nacionais e suas repercussões no local. Num segundo momento define o método e o aporte metodológico a ser utilizado.

1.1 Tópicos da dinâmica da acumulação e resistência

A resistência realizada pelo movimento sindical à dinâmica de acumulação e as desigualdades dela originárias somente poderão ser compreendidas por uma análise das circunstâncias empíricas da base econômica, das relações sociais de produção e reprodução do trabalhador e das influências históricas.

O presente estudo focaliza a organização e ação sindical dos trabalhadores metalúrgicos do município de Caxias do Sul a partir da relação dialética entre os fatos concretos locais, e o processo em curso no país. Busca estabelecer a relação, a conexão e incidência do contexto econômico, político, social, cultural nacional com a organização e principalmente com a ação sindical.

A análise possibilitará verificar o contexto de surgimento e organização do sindicato, assim como as ações por ele desenvolvidas. Não se trata de uma análise fragmentada, mas de uma avaliação que busca estabelecer a relação entre os fatos concretos e particulares com a totalidade, evitando, desta maneira, uma tendência à atomização da temática relativa ao movimento sindical comprometendo a visão do processo histórico.

A pesquisa tem como referência a indústria metal-mecânica do município de Caxias do Sul, e justifica-se por ser um importante pólo deste setor no estado do Rio Grande do Sul, a abrigar o maior sindicato dos trabalhadores do interior. Outro aspecto que justifica a relevância do presente estudo é a carência de pesquisas que contemplem esta perspectiva: acumulação relacionada com ação do movimento sindical e os acontecimentos nacionais e suas repercussões no local.

Em relação a estes elementos da realidade é importante situar no tempo alguns dos pontos principais do legado do processo de colonização nacional, quais sejam: “[...] uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária, um Estado absolutista” (CARVALHO, 2004, p. 18). É fundamental também contextualizar o surgimento dos sindicatos “oficiais” em meio as mudanças operadas após o movimento de 30 que “[...] foi sem dúvida o acontecimento mais marcante da história política do Brasil desde a independência” (CARVALHO, 2004, p. 89). Além disso, situar os sindicatos e as ações coletivas na conjuntura posterior ao golpe de 1964 que atingiu os direitos civis e políticos, pois “[...] foram cassados os direitos políticos, pelo período de dez anos, de grande número de líderes políticos, sindicais e intelectuais e de militares. [...] Muitos sindicatos sofreram intervenção, foram fechados os órgãos de cúpula do movimento operário, como o CGT e o PUA” (ibid p. 160). E, é importante finalmente verificar os acontecimentos atuais, a partir da redemocratização do país em 1985, consolidada pela Constituição de 1988 que assegura liberdade de organização e o direito à greve, cuja ameaça de garantia ocorre devido a crise do movimento sindical em meio a reestruturação produtiva e redefinição papel do Estado em razão da hegemonia das idéias de recorte neoliberal.

A opção pelo estudo da constituição e ação desenvolvida pelo movimento sindical visa enfatizar a resistência na medida em que parte significativa da produção acadêmica do Serviço Social tem ressaltado em sua abordagem as várias expressões da desigualdade. Neste sentido cabe destacar que o Serviço social tem como objeto a questão social, que sendo desigualdade é também rebeldia, pois envolve os sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem. (IAMAMOTO, 2000) Seu alcance social se relaciona ao fato de estudar a organização dos operários, isto é sobre aqueles que recaem as desigualdades sociais e constituem um contingente expressivo de pessoas que dependem da venda de sua força de trabalho para sobreviver e que expressam, por outro lado, a resistência.

A evidência da organização e ação do movimento sindical decorre de sua potencialidade de incidir no desenvolvimento histórico, daí a disputa em torno da direção ideológica e política que ocorre principalmente no processo produtivo obscurecendo a identidade e objetivação dos trabalhadores. Evidentemente com a clareza de que a mesma não se reduz ao ambiente fabril, pois parcela dos meios de comunicação e da própria academia tem operado “discursos de legitimação” reforçando os ideais de “empreendedorismo”, “produtividade”, “colaboracionismo”, “mercado”, “qualidade”, “eficácia”.

Procedendo dessa forma, parte-se da compreensão da inexistência de antítese entre produzir e dominar, uma vez que a conquista da subjetividade resulta na possibilidade de

intensificação da extração da mais-valia. Portanto, orienta-se na perspectiva da disputa pela hegemonia ideológica dos trabalhadores diante da importância do seu comportamento para o processo de acumulação capitalista e de transformação econômico-social.

Tem-se a compreensão marxiana de que as mudanças societárias são realizadas a partir do entendimento de que os homens fazem sua própria história, o que não acontece de maneira arbitrária, mas de acordo com as condições herdadas do passado em um processo de continuidade e descontinuidade. Por isto, mesmo que sinteticamente é indispensável apresentar algumas características da constituição do Brasil e sua influência na constituição do sindicato dos Trabalhadores na Industrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul, estabelecendo desta forma, a conexão entre presente e passado.

Ao referir-se ao passado tem-se por objetivo verificar aspectos que possibilitem compreender a “hegemonia”¹, isto é, a “direção intelectual e moral” da sociedade e suas repercussões no sindicato operário. Para tanto, torna-se importante o entendimento da herança cultural, pois a mesma é parte do processo de obtenção da hegemonia, isto é a direção social obtida basicamente através do consentimento. Entretanto é oportuno lembrar que a supremacia de uma classe, na análise de Gramsci, também pode se manifestar como “dominação”², ou seja, uso da força, como bem demonstra a história do país, marcada por períodos autoritários. Para desenvolver este objetivo é importante definir o método e o aporte metodológico a ser utilizado.

¹ No entendimento de Gramsci, hegemonia supõe uma certa colaboração ou consentimento ativo e voluntário das classes subordinadas a qual dá-se prioritariamente e não exclusivamente na “sociedade civil” que é o conjunto dos organismos comumente chamados “privados” tais como sindicatos, igreja, escolas etc. A qual realiza-se por um complexo sistema de controle cultural no seio da sociedade civil – rádio, televisão, cinema, jornais, partidos políticos, igrejas. A direção cultural ou ideológica é também uma relação de dominação de poder, autoridade (JESUS, 1989)

² A dominação é o momento da força, do constrangimento, da intervenção legislativa ou policial isto é da coerção cujo monopólio se exprime no Estado e assegura a conformidade das massas populares ao tipo de produção ou economia em um momento determinado. Entretanto o Estado representativo também é um aparelho de hegemonia, especialmente a democracia burguesa, se constitui em uma “arma” ideológica, pois o mesmo apresenta-se como “representante” da totalidade da população. Já o parlamento é tido como expressão soberana da vontade popular, refletindo a unidade fictícia da nação. (Idem)

1.2 O método e o aporte metodológico

A compreensão e análise da origem, da forma de organização sindical e mobilização dos metalúrgicos de Caxias do Sul em um país com características diferenciadas e originárias do passado, requer uma metodologia que dê conta deste desafio. A opção usada pelo estudo fundamenta-se no método materialista dialético histórico. Ele parte do entendimento que a metodologia é o caminho a possibilitar o desvendamento da realidade concreta incluindo a concepção teórica de abordagem, o conjunto de técnicas e o potencial criativo do pesquisador. (MINAYO, 1997)

O uso desta perspectiva analítica decorre de sua possibilidade em permitir superar o mundo da pseudoconcreticidade³. Portanto, é este o método que possibilita a análise da realidade concreta, desocultando-a na sua totalidade, pois se fundamenta no entendimento de que a compreensão dos fenômenos ocorre a partir da articulação dos mesmos com a realidade que os cerca, uma vez que são por ela condicionados.

O método materialista dialético aportará os fundamentos para a realização da pesquisa através de suas categorias básicas, quais sejam: a totalidade, a historicidade e a contradição. Quanto a categoria do método, totalidade, cabe ressaltar que esta permite compreender a realidade não no sentido de conhecer todos os fatos ou juntá-los, mas de compreendê-los pela conexão e interdependência existentes entre os fenômenos, pois se constitui em um todo articulado. A compreensão dialética da totalidade significa reconhecer que as partes se encontram em relação e conexão entre si e com o todo.

A totalidade concreta como concepção dialético-materialista do conhecimento do real [...] significa, portanto, um processo indivisível, cujos momentos são: a destruição da pseudoconcreticidade, isto é, da fetichista e a aparente objetividade do fenômeno, e o conhecimento da sua autêntica objetividade; em segundo lugar, conhecimento com caráter histórico do fenômeno, no qual se manifesta de modo característico a dialética do individual e do humano em geral; e enfim o conhecimento do conteúdo objetivo e do significado do fenômeno, da sua função objetiva e do lugar histórico que ele ocupa no seio do corpo social. (KOSIK, 1986, p. 51-52).

O estudo busca o conhecimento objetivo e seu lugar histórico destruindo a pseudoconcreticidade a partir da conexão entre local com o todo, isto é da relação entre o processo em curso no país com a organização sindical local. Dessa forma se recorre à categoria historicidade que legitima a compreensão de que nada é eterno, absoluto, isto é, toda

³ A realidade de um fenômeno, por sua vez, não se manifesta de imediato ao homem. “O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano” (KOSIK, 1986, p. 11).

construção social é histórica, está em transformação, em processo de devir, o qual é permeado de contradições.

Nesse sentido, a perspectiva aqui utilizada permite captar e entender as transformações históricas operadas no movimento sindical do setor metal mecânico de Caxias do Sul denotando a historicidade dos fenômenos, suas múltiplas relações e contradições. Lembrando que para a categoria historicidade à realidade é, ao mesmo tempo, passado e contemporaneidade. Esse movimento retorna à gênese dos fenômenos e busca através do desvendamento do seu devir, explicar as transformações que conformaram seus processos de constituição.

Esta perspectiva encerra o entendimento de que todos os fenômenos e processos contém implicitamente a contradição que é inclusiva e dá-se pelo tensionamento entre os opostos no caminho da superação. Percurso em que se verifica ao mesmo tempo a ruptura e a continuidade dos processos sociais. Em suma, para esta análise será utilizada também a categoria contradição como elemento componente e indissociável da realidade, que se materializa em diferentes processos ou fenômenos de forma implícita ou explícita, como unidade e luta entre os opostos, ou seja, entre o velho e o novo, entre o passado, presente e o futuro, onde cada elemento se afirma a partir da existência da sua negação, que concomitantemente, a incorpora. As mudanças econômicas, políticas, culturais e do movimento sindical são exemplos da luta entre o velho e o novo e sua alteração exalta a contradição da sociedade capitalista.

Aliado a estas categorias teóricas do método, referidas, e trabalhadas de modo interconectado e transversal a toda a produção, somam-se as explicativas da realidade, que emanam do tema em estudo e auxiliam no processo de análise geral de modo a aprofundá-lo para que não seja apreendido de forma fragmentada ou reducionista. São elas: trabalho, luta de classes e hegemonia. A primeira porque é central ao presente estudo e a própria obra marxiana que a reconhece como categoria ontológica. Sua importância está no entendimento de que a história universal não é outra coisa senão a produção do homem pelo trabalho humano. (MARX, 1977) As seguintes, em razão da luta hegemônica-contra-hegemônica decorrentes da luta de classes e que se expressam na contradição entre capital e trabalho. Lembrando que essa contradição assenta-se no fato do trabalho ser coletivo e a apropriação de seus resultados ocorrerem de maneira individual. Originando-se da exploração operária, pois para os mesmos é indispensável a venda de sua força de trabalho a fim de obterem os recursos necessários à aquisição dos bens à satisfação de suas necessidades. Situação que permite aos capitalistas a obtenção da mais-valia originária do excedente quantitativo do trabalho.

Assim, a relação de exploração se inicia no momento da compra dessa mercadoria pelos proprietários dos meios de produção, de onde emergem as condições objetivas que originam a luta de classes. Nesta realidade, a hegemonia tem importante papel já que consiste na direção intelectual e moral do processo e permite certa colaboração ou consentimento ativo e voluntário das classes subordinadas. Esta colaboração se dá prioritariamente, mas não exclusivamente, na “sociedade civil” que é o conjunto dos organismos comumente chamados “privados” tais como sindicatos, igreja, escolas etc.

Para viabilizar o estudo com base no método apresentado fez-se a opção pelo seguinte corpus documental⁴ como fonte de pesquisa: bibliografia relativa ao tema, publicações, jornais, boletins informativos e documentos do sindicato dos Trabalhadores na Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul; os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Quanto ao processo de análise, utiliza-se a técnica de análise de conteúdo⁵ a partir da seleção de documentos que permitirão inferências ou desvendamento de significados. A estes deverá ser acrescido o aporte teórico decorrente da pesquisa bibliográfica. A mesma foi realizada com base em um roteiro norteador como instrumento e obedecendo a procedimentos tais como: selecionar as fontes a partir de critérios compostos de acordo com limites e possibilidades das fontes, conforme o estabelecidos antes do processo de coleta, de acordo com o que pretende o estudo. Tem-se como pressuposto a visão de totalidade, para permitir o aprofundamento do estudo dos documentos de acordo com o seu objetivo.

Este esforço empreendido não se limita a “interpretar” a realidade na qual se insere o sindicato, mas visa contribuir para “transformá-la”. Desejo fundado na realidade que é em última instância determinada pela produção e a reprodução da vida real, a qual é permeada de contradições onde a organização sindical tem a potencialidade de possibilitar a articulação de identidades coletivas e contribuir para transformar a “classe em si” em “classe para si” incidindo nos rumos dos acontecimentos. Pois para isto, “Os proletários contam com um dos fatores de sucesso: a quantidade. Mas a quantidade somente faz sentir seu peso, quando unida pela organização e guiada pelo saber” (MARX apud LOSOVSKI, 1989, p. 15).

É com este entendimento que se articulam dialeticamente a história do Sindicato dos Trabalhadores na Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul

⁴ “O documento como fonte de informação, assume diferentes formas: literatura pertinente ao assunto, anuários estatísticos e censos[...] etc.” (LUNA, 2000, p.53).

⁵ Uma vez que a mesma coaduna-se com os objetivos propostos nessa pesquisa, considerando que a mesma designa o “[...] conjunto de técnicas cuja aplicação, através de procedimentos sistemáticos, visa produzir inferências. São técnicas para ler e interpretar o conteúdo de qualquer espécie de documento e, mais concretamente, de toda e qualquer espécie de documento escrito” (CONSTANTINO, 2001, p.186).

com a realidade nacional singular. Este procedimento visa contribuir com a compreensão desta influência na organização operária, bem como resgatar a história de resistência, porque a transformação de uma realidade requer compreender o legado, as suas metamorfoses e rebatimentos na vida dos sujeitos.

A fim de permitir situar e compreender o movimento sindical operário brasileiro, mais especificamente a ação sindical dos Trabalhadores na Industrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul na atualidade realizar-se-á uma síntese histórica. O estudo situa o Sindicato dos trabalhadores metalúrgicos do município de Caxias do Sul através dos diferentes contextos e papéis desempenhados pelo Estado, seja na regulação dos direitos, nas atividades e autonomia dos sindicatos ou nas iniciativas por ele realizadas para aglutinar os operários em torno de um projeto político classista. Contextualiza a realidade social com seu paradoxo de exclusão e inclusão tanto em relação aos bens materiais como culturais cuja viabilidade depende da inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, da venda de sua força-de-trabalho para sobreviver. Verifica a presença do componente ideológico expresso na prevalência de concepções coletivistas ou corporativistas, a existência ou não de estratégias com a perspectiva de superação da sociedade cindida em classes e dominada pelo capital.

O estudo, portanto busca interpretar o contexto histórico que condiciona a luta sindical nos planos internacional e nacional e a partir de documentos do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul efetivar mediações com os processos de controle e resistência. Constituindo um ensaio teórico para além do inventário bibliográfico.

2 O MOVIMENTO SINDICAL NO CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DA ACUMULAÇÃO

A melhor maneira de se começar a compreender algo é evidenciar as singularidades, pois as mesmas implicam diferenciações quanto a forma de ser e responder aos desafios. Por isto, neste capítulo será realizada uma análise do processo passado. Significa verificar a partir da colonização do Brasil os aspectos deixados como legado e ainda percebidos na atualidade, tais como a dependência econômica originária da ênfase na esfera da circulação voltada para o mercado externo ou os traços culturais presentes na herança das formas de organização e teorias do movimento sindical.

Visa compreender as características da organização coletiva, disposição de luta, relação capital e trabalho e entre o interesse público e o privado na esfera do Estado. Enfim pretende-se apresentar algumas particularidades históricas que explicitam o retardatário processo de industrialização, o caráter não-clássico do capitalismo no Brasil e sua relação com a organização operária. Para tanto é necessário desvendar aspectos do decorrido e atualmente metamorfoseado, portanto a leitura histórica percorre o trajeto dos primórdios à atualidade da acumulação no Brasil.

2.1 Da colônia ao império: facetas da escravidão direta e indireta

Os primeiros habitantes do atual território brasileiro, as nações indígenas como os Tupis espalhados na região litorânea, os Macro-jê habitantes do planalto central, os Nu-aruaq da bacia amazônica até os Andes e os Karib no norte do Amazonas, de algum modo sofreram o impacto da forma exploradora e predatória do sistema colonial.

O contato do “colonizador”, especialmente com os Tupis inicialmente produziu alterações no que caracterizava estes povos. Isto é: a inexistência de propriedade privada, os únicos bens individuais eram os instrumentos de caça, pesca e trabalho; a economia era de subsistência e só eventualmente havia a troca de produtos (escambo) entre comunidades diferentes. O trabalho era realizado em cooperação em regime de “comunismo primitivo”.

A chegada do “colonizador” provocou a divisão do trabalho entre os exploradores e os índios. Inicialmente a exploração da mão-de-obra indígena deu-se através do escambo para

o corte e transporte do pau-brasil. Posteriormente, com o advento da agricultura da cana-de-açúcar e de um aparelho político administrativo foi introduzido a escravidão, situação que somente acentuou o conflito e resultou no extermínio do índio.

Este processo se situa dentro do chamado sistema colonial, que integra a dinâmica da acumulação mercantilista, que não é compatível com a realidade dos nativos os quais, conforme a Carta de Pero Vaz de Caminha ao rei D. Manuel, não lavram, nem criam animais e se alimentam de inhame, sementes e frutos da terra e árvores.

Esta realidade denota uma significativa diferença de conhecimento e domínio sobre a natureza por estes povos lembrando um estágio pré-histórico se comparado com a Europa. A chegada dos portugueses atingiu brutalmente parcela significativa desta população nativa, especialmente a localizada na região litorânea, sendo dizimada e/ou escravizada pelo dominador europeu em seu empreendimento colonizador. Eram dois mundos diversos, heterogêneos que se tornaram antagônicos devido aos interesses opostos.

[...] que diferença entre as duas humanidades. Uma tranqüila, onde o homem é dono de todos os seus atos; outra uma sociedade em explosão, onde é preciso um aparato, um sistema repressivo para manter a ordem e a paz. (VILLAS BOAS, apud SILVA, 1992, p. 23)

A partir de então o Brasil passou a ser dotado de traços do domínio ibérico na economia, na política, na cultura e organização da sociedade e nos direitos⁶, ou na falta destes.

O período colonial durou cerca de 322 anos (1500-1822) e tem como características: a exploração baseada no latifúndio monocultor; a limitação da aplicação da lei à porteira da fazenda, pois o Estado era comprometido com o poder privado; o trabalho escravo que nega a condição humana aos mesmos. A base da economia neste período foram os ciclos econômicos do Pau-brasil, cana-de-açúcar e da mineração os quais eram integrados à metrópole. Os mesmos estão inseridos no quadro de expansão mercantilista mundial e constituem a base de sustentação do Estado absolutista metropolitano e da burguesia através dos lucros comerciais.

A grandeza territorial, a abundância de vegetação de pau-brasil usada no tingimento do tecido junto a faixa litorânea, sua fácil comercialização e valor na Europa contribuem para torná-lo o primeiro produto de exploração. Sua extração era monopólio estatal ou ocorria através de uma concessão que implicava cobrança de obrigações e tributos do arrendatário. Esta exploração foi realizada de maneira assistemática e predatória e com uso da mão-de-obra indígena, geralmente escrava, o que evidenciava as características do pouco cuidado em

⁶ Os direitos civis são os garantidores de relações civilizadas entre as pessoas, por sua vez os direitos políticos relacionam-se à participação do cidadão no governo e possibilidade de organização, já os direitos sociais garantem a participação dos cidadãos na riqueza coletiva (CARVALHO, 2004).

construir, planejar ou plantar alicerces aqui, e o feitorizar uma riqueza fácil. Afinal sua perspectiva era de aqui ser apenas um lugar de passagem.

Por sua vez a terra fértil com um clima favorável permitiu a expansão da grande lavoura inicialmente açucareira com mudas trazidas da ilha da madeira (1533). Esta opção decorre da experiência já acumulada pelos portugueses com esta lavoura nas colônias da África, e a lucratividade da mesma diante do declínio do comércio com as índias. Quanto ao trabalho escravo, cabe ressaltar que o senhor de engenho nutria repulsa ao trabalho manual e sua rotina.

[...] o tipo de colono europeu que procura os trópicos e nele permanece. Não é o trabalhador, o simples povoador; mas o explorador, o empresário de um grande negócio⁷. Vem para dirigir: e se é para o campo que se encaminha, só uma empresa de vulto, a grande exploração rural em espécie e em que figure como senhor, o pode interessar. [...] **sabe-se que boa parte dos colonos, sobretudo das primeiras levas, é de origem nobre ou fidalga**⁸ (PRADO JUNIOR, 1994, p.120).

A ocupação portuguesa do espaço foi realizada pelo “homem aventureiro”, aquele que vive de espaços ilimitados, de projetos vastos, de horizontes distantes cujas qualidades, tais como, audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem se traduzem no esforço de obter recompensa imediata. Este homem se adapta ao meio e não possui espírito de trabalho, típico “semeador” que se orienta pelas facilidades que o meio lhe oferecia sem planejamento e que cede todas as vezes que as conveniências imediatas o aconselham. (HOLANDA, 2004) O que aliás, tem relação íntima com origem social e o interesse econômico, elementos estes desconsiderados na análise apresentada por Holanda, e presente em Prado Junior.

A herança portuguesa na constituição do “homem brasileiro” é analisada no clássico livro Raízes do Brasil de Sergio Buarque de Holanda⁹. Entre as características legadas do período colonial o autor faz referência ao individualismo e a conseqüente fragilização das formas associativas que impliquem solidariedade e organização social. Destaca a ausência de uma moral fundada no culto ao trabalho, o gosto pelas ditaduras, o predomínio da família patriarcal que submete o espírito público às injunções do interesse privado.

⁷ Grifo nosso.

⁸ Grifo nosso.

⁹ Sérgio Buarque de Holanda, na obra Raízes do Brasil, desenvolve uma análise a fim de compreender o Brasil e os brasileiros. O aspecto central do livro é de que o Brasil atravessava desde o século XIX uma prolongada crise de transição de uma ordem tradicional (agrária, rural, patriarcal) a uma ordem moderna (industrial, urbano e democrática) que tem sido travada pelo legado da estrutura colonial. O livro evidencia a influência do método compreensivo do sociólogo alemão Max Weber. Para quem a pesquisa histórica é essencial para compreensão das sociedades, e o indivíduo e sua ação são o ponto de partida, pois as pessoas são movidas por motivações dotadas de sentido. Mesmo considerando esta análise para compreender a realidade limitada, pela não percepção da totalidade e da contradição expressa na resistência dos oprimidos fez-se seu uso devido à importância atribuída a cultura e sua herança.

Ao enfatizar a importância destinada a “cultura da personalidade” destaca que os portugueses nunca se sentiram muito à vontade em um mundo onde o mérito e a responsabilidade individuais não fossem de pleno reconhecimento. O entendimento que tinham era de que, cada um é filho de si mesmo, de seu próprio esforço, de suas virtudes, o que constituiu um terreno fértil para o ideário liberal.

Cabe novamente destacar sua contribuição na construção do perfil cultural do colonizador, mas cujo limite da análise está em desconsiderar que o mesmo tem base no desenvolvimento do comércio continental europeu que busca encontrar novas rotas, pois é o comércio que lhes interessa. Portanto, estamos nos referindo às pessoas que estão inseridas em empreendimento com fins econômicos que almejam obtenção de matérias-primas, produtos tropicais e riquezas minerais com um acentuado caráter mercantil. Em suma, o branco europeu que veio ao Brasil tinha por objetivo especular, realizar negócios, e não ações civilizatórias¹⁰.

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial,¹¹ mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos. (PRADO JUNIOR, 1994, p.31)

Isto auxilia a entender a singular tibieza para as formas de organização, e associações que impliquem em solidariedade. A solidariedade somente acontece onde há vínculos de sentimento familiar ou de amizade. Assim sendo, as ações de caráter social ocorrem a partir dos religiosos enquanto atributo moral, pelo viés da caridade¹². Evidentemente que em uma sociedade formada a partir de um sistema colonial na qual a exploração através do uso do trabalho escravo é o meio mais proveitoso de enriquecimento comercial é impossível a garantia de direitos sociais na esfera do Estado.

¹⁰ “[...] civilização é o respeito ao outro, o respeito fraterno à sua liberdade e diferença, sem que isto signifique abdicar de práticas políticas que visam superar os sistemas de poder (re)criadores das desigualdades sociais e econômicas entre as pessoas.” (CATTANI, 1991, p. 20) Mesmo o conceito convencional de civilização enquanto um ato de justiça em que o interesse da humanidade prevalece e cujo conteúdo básico referem-se ao processo de transformação, evolução de realizações humanas e tecnológicas não ocorreu com a colonização.

¹¹ Grifo nosso.

¹² O grande organizador da doutrina cristã foi, São Tomás de Aquino (1224-1274), situou a caridade como um dos pilares da fé, imperativo de justiça social aos mais humildes. suporte deste entendimento está no escrito Bíblico, Mt. 25, 34-41, que afirma: “Venham vocês que são abençoados pelo meu Pai! Venham e recebam o Reino que, desde a criação do mundo, foi preparado pelo meu Pai. Pois eu estava com fome, e vocês me deram comida; estava com sede, e me deram água. Era estrangeiro, e me receberam nas suas casas. Estava sem roupa, e me vestiram; estava doente, e cuidaram de mim. Estava na prisão, e foram me visitar. [...] Eu afirmo que, quando vocês fizeram isto aos mais humildes dos meus irmãos, de fato foi a mim que fizeram” (BÍBLIA, 1988, p. 43).

Ainda mais que para o “colonizador” a renúncia a algo quando ocorre somente acontece em vista de um bem maior. E, sua obediência, disciplina somente é concebida a partir de um poder superior, divino ou do pai vinculado a este benefício ou dever. Esta associação por sentimentos e deveres é o modelo usado pela igreja, pelo rei e pela família patriarcal¹³.

É na família patriarcal que se inspira o Estado patrimonialista brasileiro, o qual não visa o interesse público e sobrevive através do clientelismo, portanto o poder público acaba sendo apropriado pelo interesse privado. Até porque o interesse público apresenta-se ao “colonizador” como algo abstrato, difuso não se constituindo em algo capaz de fazer com que abdique do seu interesse particular.

Sobre esta relação, Holanda (2004) alerta que o quadro familiar torna-se tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre, a entidade pública, daí a invasão do público pelo privado, do Estado pela família. “Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade formadas em tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público” (ibidem, p. 145).

Uma boa sátira a este respeito é o filme Carlota Joaquina¹⁴ cuja película retrata a vinda da Família Real portuguesa, em razão das guerras napoleônicas na Europa. Situação que fez com que o Brasil passasse da condição de Colônia a Reino Unido de Portugal e Algarve contribuindo para a assimilação da estrutura burocrática e administrativa patrimonialista de um lado e de outro, reforçou a economia agroexportadora com liberdade de comercializar a partir do decreto de abertura dos portos e da instalação de uma fábrica de pólvora e indústrias de ferro em Minas Gerais e São Paulo.

Em suma: “O Estado brasileiro nasceu sob o signo de forte ambigüidade entre liberalismo formal como fundamento e patrimonialismo como prática no sentido de garantia de privilégios estamentais” (BERING, 2003, p. 95). Esta tensão entre ideais liberais e sociedade escravista, cujo padrão de relações é de clientelismo, favor e de escravidão foi de longa duração.

Evidentemente que um homem constituído a partir destes traços culturais próprios das intenções que o trouxeram ao Brasil, e do processo de colonização tornam a colônia um

¹³ Patriarcal é a estrutura baseada no poder do pai. É derivado do vocábulo latino, pater, pai, o senhor, o chefe que tem a propriedade privada absoluta e incondicional da terra e de tudo que nela existe (formam seu domínio), cuja vontade pessoal é lei.

¹⁴ O filme, uma produção brasileira, satiriza o empreguismo, a utilização de recursos públicos para fins privados do rei, da nobreza e alta burocracia do Estado, além dos desperdícios e corrupção.

local repleto de não-cidadãos e alguns cidadãos incompletos¹⁵. O fator mais negativo para a cidadania foi a escravidão imposta pelo colonizador português que aqui ancorou na busca do lucro fácil e rápido e não possuía a ética do trabalho. O seu objetivo nunca foi o de se engajar como simples trabalhador assalariado do campo, contribuindo assim para o emprego do trabalho escravo¹⁶. Na sociedade da época, a exploração colonial e o escravismo¹⁷ são uma exigência econômica para promover a acumulação primitiva capitalista européia tanto na chamada revolução comercial como na industrial.

Completa-se assim **os três elementos constitutivos da organização agrária do Brasil colônia: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo**.¹⁸ Estes três elementos se conjugam num sistema típico, a 'grande exploração rural', isto é, a reunião numa mesma unidade produtora de grande número de indivíduos; é isto que constitui a célula fundamental da economia agrária brasileira. **Como constituirá também a base principal em que assenta toda a estrutura do país, econômica e social**.¹⁹ (PRADO JUNIOR, 1994, p. 122-123).

A escravidão na América ressurgiu no século XV com os grandes descobrimentos, significando o renascimento de uma instituição que parecia ter sido abolida, pois não segue o curso da história da Europa ocidental. Retrocede em relação aos princípios e normas em que se funda a civilização e cultura européia. Repousando a sociedade na escravidão, seu alicerce é a desigualdade dos homens e da força de trabalho, rompendo com o princípio liberal iluminista de igualdade, mesmo que formal.

Em vez de brotar, como a escravidão do mundo antigo, de todo o conjunto da vida social, material e moral, ela nada mais será que um recurso de oportunidade de que lançarão mão países da Europa a fim de explorar comercialmente os vastos territórios e riquezas do Novo Mundo (PRADO JUNIOR, 1994, p. 270).

O uso da mão-de-obra escrava e de instrumentos de trabalho rústicos, grosseiros tornava o trabalho mais difícil e penoso incidindo na produtividade e contribuindo para limitar o tempo de vida do escravo visto como uma mercadoria, pois era objeto de troca e consumo. O contingente populacional submetido ao martírio da escravidão na época da independência, era de 30% da população.(CARVALHO, 2004) Diante de uma realidade em que negros e índios sofriam a imposição do mundo social organizado para os privilegiados da classe dominante, subjugado a toda sorte de tortura e tentativa de destruição de valores houve a

¹⁵ Os cidadãos incompletos são os que possuem apenas alguns direitos, já os não cidadãos são aqueles que não se beneficiam de nenhum direito civil, político ou social. (CARVALHO, 2004)

¹⁶ O trabalho escravo é viabilizado entre os seres humanos, pois o que um concebe pode ser executado por outro. Sendo que as relações de trabalho são definidas por relações de poder, dominação o que aqui implica também em organização do Estado.

¹⁷ A escravidão era naturalizada. “[...] os valores da escravidão eram aceitos por quase toda sociedade. Mesmo os escravos, embora lutassem pela própria liberdade, embora repudiassem sua escravidão, uma vez liberto admitiam escravizar os outros” (CARVALHO, 2004, p.49). O que não implica em ausência de resistência.

¹⁸ Grifo nosso.

¹⁹ Grifo nosso.

resistência individual e coletiva de parcela desta população. Entre elas pode-se destacar ações como fuga, suicídio, assassinato de feitores e senhores, insurreições e guerrilhas e organização dos quilombos. Em suma, como alerta Marx (1980), a luta entre o opressor e o oprimido é levada a efeito numa guerra interrupta, ora disfarçada, ora aberta.

Enquanto no Brasil se fazia uso do trabalho escravo a instalação de “indústrias” era proibida até a vinda da coroa portuguesa ao Brasil, na Inglaterra a partir de 1780, iniciava a primeira revolução industrial²⁰. É bem verdade que o tráfico negreiro e a escravidão foram fundamentais para o processo de acumulação primitiva em países da Europa possibilitando o revolucionar do processo produtivo. Lá a realidade era diversa, usava-se a “escravidão indireta”²¹ do proletariado com o trabalho assalariado e produziam-se bens de consumo, especialmente tecidos de algodão. Empregava-se a máquina de fiar, o tear mecânico, máquina a vapor, a ferrovia, rompendo com a base técnica artesanal. A máquina substituiu às ferramentas manuais e fez com que o operário atuasse em função dela. Isto originou um processo de aglomeração da população, centralização dos meios de produção, concentração da propriedade e de operários, simplificou o antagonismo possibilitando a organização proletária. (MARX, 1980)

Contudo, não se trata de uma dualidade, decorrente de um pólo “moderno” e outro “atrasado”, pois ambas situações integram o processo em curso do capitalismo comercial que tem no sistema colonial o terreno fértil para o estabelecimento do mercado mundial e da indústria moderna. Neste sentido não há paradoxo entre as transformações revolucionárias em curso na Europa e a escravidão.

A escravidão direta é uma pilastra de nosso industrialismo atual²², como são as máquinas, o crédito, etc. Sem escravidão não haveria algodão — e sem algodão, não existiria a indústria moderna. A escravidão valorizou as colônias; as colônias criaram o comércio mundial; e o comércio mundial é a condição da existência da grande indústria mecanizada.²³ Antes do tráfico dos negros, as colônias forneciam apenas alguns produtos e não podia, pois mudar a face do planeta. (MARX e ENGELS, 1980, vol. 3, p.250).

O parcelamento do trabalho aliado a sua simplificação com a introdução da máquina ocasionou aumento da produtividade e uma desqualificação do trabalho, possibilitando a

²⁰ Transforma a unidade técnica através da substituição do trabalho vivo (força de trabalho) por trabalho morto (máquinas). Nela, o trabalhador se torna complemento vivo de um mecanismo morto que existe independente dele (Marx, 1980).

²¹ O uso do termo de escravidão indireta refere-se as condições de trabalho ao qual os operários estavam submetidos. A este respeito ler O Capital de Karl Marx.

²² Grifo nosso.

²³ Grifo nosso.

incorporação na produção da mão-de-obra feminina e infantil, provocando desemprego, redução do salário e originando a questão social²⁴.

Como respostas a estas transformações e a crise por ela provocada, uma parcela dos trabalhadores europeus realizou greves, destruiu máquinas (movimento luddita, 1811-1813) e realizou a campanha pelas 10 horas (Movimento Cartista – 1817), organizou a comuna de Paris (1848), ou seja, enquanto nos países desenvolvidos da Europa a luta de classes dava-se entre burguesia e proletariado aqui no Brasil era entre o explorador colonial e o escravo.

Evidentemente que este conflito obedece as condições objetivas do desenvolvimento da colônia. Este alerta decorre do fato de haver um esforço da literatura historiográfica e sociológica, de perspectiva elitista, para propalar a passividade histórica do brasileiro, enquanto algo constitutivo da cultura da população a partir de análises em que o indivíduo e sua ação são o ponto de partida, desconsiderando a conexão entre a estrutura²⁵ social e política e a produção da qual emerge, como a realizada por Holanda (2004). Sta perspectiva é reforçada pelos estudos que reproduzem os modelos que servem para entender, conhecer, analisar o nível de organização e luta de classes na Europa e compará-lo ao Brasil sem considerar as singularidades locais.

Estes estudos sucumbem diante da realidade especialmente da “cidadania ativa” manifesta em todos os momentos da história. No início, a luta contra a escravidão dos índios e a resistência dos negros nos quilombos. Posteriormente, a revolta dos Cabanos, a inconfidência mineira, a conjuração Baiana, a Balaiada, a Cabanagem, Canudos, Contestados, o movimento abolicionista. Além da revolta da chibata, a revolta da vacina, as greves do início do século XX, o movimento tenentista, a campanha do petróleo é nosso, a guerrilha do Araguaia. E, nos últimos anos o movimento das “diretas já”, os “caras pintadas” do fora Collor, o Fórum Social Mundial, os votos no operário metalúrgico para presidente do país, as ocupações de terra do Movimento dos Sem Terra e os protestos recentes contra a visita de George Bush ao Brasil, são alguns dos exemplos de lutas de resistência em nosso país. Para o que se pretende aqui, não cabe analisar o caráter destes movimentos, que são distintos, sendo

²⁴ A questão social, constitui o objeto do serviço Social, cuja origem esta na contradição entre produção coletiva e apropriação privada. A qual deve ser entendida em sua dupla perspectiva, como “...as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades –sua produção e reprodução ampliada – quanto projetar e forjar formas de resistência e defesa da vida” (IAMAMOTO, p.28)

²⁵ Esta relação faz-se necessária, mas tendo o cuidado de não cair em um estruturalismo mecanicista.

alguns inclusive de base messiânica²⁶, mas na sua essência constituem uma reação à opressão e/ou pobreza e miséria, mesmo que alguns, não haja uma consciência política amadurecida.

Em resumo, há uma exaltação exacerbada da capacidade de adaptação do povo brasileiro evidenciando a incapacidade de realizar rupturas. Afinal há uma tentativa de mitificar o brasileiro como um povo pacífico, ordeiro, generoso, mesmo quando sofredor, portanto passivo, o que é realizado através da omissão das contradições de classe ao longo da história, idealizando a realidade. Desta forma, a homogeneização à maneira de ser e agir a partir do discurso do “colonizador” explorador, a exaltação desse “estereótipo nacional” serve de base para o conformismo e passividade, mistificando os conflitos, até hoje em voga na relação trabalho e capital. Não sendo supressa, portanto, a quase completa omissão às referências aos movimentos de resistência. Apenas para exemplificar, pode-se citar a primeira greve ocorrida no Brasil, mais especificamente no porto de Salvador (1720), na época, o maior da América Latina.

É claro que a defesa da adaptabilidade tem alguma base real. O exemplo mais emblemático é a “independência negociada” entre a elite nacional²⁷, coroa portuguesa e a Inglaterra. Este “arranjo político” à revelia do povo possibilitou a transferência pacífica dos poderes da metrópole à classe dominante cuja monarquia constitucional assegurava o latifúndio e a escravidão, impedindo a participação popular. Entretanto é necessário compreender que o povo era constituído: de escravos, oprimidos e vigiados, sem informação e comunicação dificultada pela imensidão do território; de trabalhadores livres na sua maioria isolados no interior e dependentes dos grandes proprietários para morar, trabalhar e defender-se contra o arbítrio. Portanto não havia condições objetivas e subjetivas para seu engajamento neste processo.

A independência deu origem ao império (1822-1889) e com ele a necessidade de uma identidade nacional. O pouco sentimento nacional que havia baseava-se no ódio ao estrangeiro. (CARVALHO, 2004) Cabe lembrar que o próprio Brasil é produto do Estado

²⁶ Messianismo se constitui num fenômeno típico do Brasil interiorano e atrasado, que acreditava em um líder carismático (Messias) com poderes sobrenaturais que pregava o anseio de tempos melhores, o reino celeste na terra. (LOPEZ, 1987)

²⁷ Basicamente havia três correntes de opinião junto a elite em relação a independência. Uma representando os comerciantes descontentes com a perda de privilégios e monopólio, alguns altos funcionários e militares. Estes desejavam restabelecer a antiga subordinação colonial a Portugal. Outro grupo, expressando os interesses dos grandes proprietários rurais de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro e com simpatia de altos funcionários, militares e comerciantes beneficiados pela abertura dos portos. Tinham como projeto manter o Brasil como reino unido a Portugal preservando as vantagens adquiridas. E, uma terceira corrente integrada pelos liberais radical, composta por vários setores da população urbana, comerciantes, funcionários menos graduados, artesãos, padres, intelectuais e jornalistas. Os mesmos advogavam a imediata independência e a instalação de uma República semelhante à dos Estados Unidos.

nacional centralizado que ajudou a financiar a expedição marinha como parte do sistema colonial responsável pela criação do mercado mundial e o respectivo impulso a industrialização. A defesa da necessidade do Estado nacional também era realizada pela economia política liberal a partir da vinculação entre nação e território.

[...] os economistas liberais não podiam operar sem o conceito de ‘economia nacional’, pois era fato inegável que havia o Estado com o monopólio da moeda, com finanças públicas e atividades fiscais além da função de garantir segurança da propriedade privada e dos contratos econômicos, e do controle do aparato militar de repressão às classes populares.[...] os Estados nacionais, era favorável à competitividade econômica e ao progresso (CHAUI, 2001, p.17).

No Brasil, a construção da identidade nacional ocorre com as lutas contra inimigos estrangeiros como os holandeses no período colonial, e os Argentinos (1825-1828 e 1852) e, sobretudo a guerra com o Paraguai (1865-1870). A isto se soma a exaltação da dimensão territorial do tipo “gigante pela própria natureza” e a “sagração da natureza” enquanto “um dom de Deus e dá Natureza” (CHAUI, 2001).

Situada nesta sociedade, a Constituição de 1824 permitiu, de um lado, que as relações de trabalho fluíssem livremente e de outro, estabeleceu uma centralização política. A Constituição além dos três poderes tradicionais (executivo, legislativo e judiciário) criou um quarto poder, denominado de Moderador e privativo do imperador. A mesma tinha afinidade conceitual com a Declaração dos direitos do Homem e do Cidadão e das idéias liberais na medida em que apontava a liberdade individual, o direito de propriedade, continha o preceito da educação primária gratuita, igualdade de todos perante a lei e afirmava a liberdade de pensamento e expressão. Entretanto na realidade estes direitos não se tornaram efetivos (COUTO, 2004).

A não implementação dos direitos ocorre, pois o Estado era completamente comprometido com o poder privado cujo sistema produtivo tinha sua base na agricultura extensiva exportadora e o trabalho escravo. Nas grandes propriedades vigorava a lei dos coronéis donos dos escravos e dos trabalhadores que deles dependiam para sobreviver, tornando-as pessoas sem direitos²⁸. Enquanto que aqueles que ficavam à margem dessa realidade dependiam especialmente da ação de religiosos, isto é da caridade ou filantropia.

A escravidão do índio e do negro africano (fator de trabalho e fator sexual) caracteriza a sociedade brasileira do princípio do século XIX, e influencia todos os setores da vida social, isto é, na organização econômica, padrões materiais e morais (PRADO JUNIOR,

²⁸ “Os direitos é a garantia das relações de reciprocidade entre indivíduos responsáveis e iguais na troca que o contrato sanciona. Inversamente, as práticas de assistência desenvolvem-se no quadro de uma troca desigual” (CASTEL, 1988, p. 304).

2004). “As raças escravizadas e assim incluídas na sociedade colonial, mal preparadas e adaptadas, vão formar nela um corpo estranho e incômodo. O processo de sua absorção se prolonga até nossos dias, e está longe de terminado” (Ibidim, p. 276).

A respectiva justificação para a escravidão se inspirou nas idéias desenvolvidas pelos teólogos da Contra-Reforma cuja referência foi a teoria do direito natural objetivo e subjetivo, que assegura:

[...] haver uma ordem jurídica natural criada [...], ordenando hierarquicamente os seres segundo sua perfeição e seu grau de poder, e determinando as obrigações de mando e obediência entre esses graus[...]. A teoria do direito natural subjetivo, por sua vez, afirma que o homem, por ser dotado de razão e vontade, possui naturalmente o sentido do bem e do mal, do certo e do errado, do justo e do injusto, e que tal sentimento é o direito natural, fundamento da sociabilidade natural, pois o homem é, por Natureza, um ser social (CHAUI, 2001, p.63-64).

A presença de Jesuítas²⁹ no Brasil e sua compreensão em relação à escravidão do negro africano foi um fator que contribuiu para que o Brasil fosse o último país de tradição cristã ocidental a abolir a escravidão, que deu-se sem possibilitar condições de igualdade efetivas na inserção dos escravos. A abolição, somente ocorreu pouco antes da proclamação da República e não garantiu a cidadania, pois não assegurou aos libertos condições de educação e trabalho qualificado.

Os mesmos passaram a ter que se submeter aos baixos salários nas fazendas, inviabilizando, na prática, a igualdade efetiva cujos reflexos são facilmente verificados nas estatísticas atuais em relação aos pobres no Brasil. A outra opção era dirigir-se à cidade, sujeitando-se a empregos temporários e mal pagos, concorrendo com os imigrantes. O fato é que:

Não se colocou em prática, com a abolição nenhum plano de reeducação do ex-escravo ou de reforma agrária. Nas zonas atrasadas, muitos ex-escravos ficaram nos latifúndios por salários irrisórios, ao passo que outros dispensados a pretexto da ‘liberdade’ concedida, ficaram marginalizados. Em São Paulo o negro livre não teve como ingressar no mercado de trabalho industrial de tipo capitalista não só por causa do seu despreparo como também porque o imigrante se adonou do mercado de trabalho [...] (LOPES, 1987, p. 13).

O trabalho escravo (abolição somente ocorreu em 1888) e o latifúndio exportador e os ciclos econômicos do café e da borracha caracterizam a economia e relações sociais do império que durou aproximadamente 67 anos. Entretanto, foi neste período que efetivamente houve a introdução do trabalho assalariado, especialmente através dos imigrantes italianos.

Após a independência, durante seus nove anos de império, dom Pedro apoio a política imigratória. Após as Regências, o incentivo à imigração foi retomado pelos governos do Segundo Reinado. Grandes levas de imigrantes, sobretudo italianos, foram estabelecidas em diversas regiões do Brasil, geralmente em terras incultas e

²⁹ A Companhia de Jesus foi fundada por Inácio de Loyola em 1534 como parte do movimento de contra-reforma.

impróprias à agricultura latifundiária e escravista. O Rio Grande do Sul recebeu grandes quantidades de imigrantes chegados do norte da península itálica (MAESTRI, 2000, p. 15,16).

Inicialmente a vinda dos imigrantes tinha por objetivo ocupar, protegendo a região devoluta imprópria ao latifúndio que além de produzir alimentos, gerava recrutas para os exércitos dos Braganças. Desta forma a mesma não subvertia o padrão dominante da posse da terra e relações de trabalho, mesmo assim sofria oposição da elite nacional e regional.

O seu ingresso a partir da crise do escravismo (1883) obedecia a necessidade de supressão de escassez de mão-de-obra nas fazendas de café, sendo a política de colonização no sul do país secundária em relação a incorporação dos imigrantes como trabalhadores livres, especialmente em São Paulo. Sua vinda também se deve ao debate político de cunho ideológico no qual frações da classe dominante manifestavam o desejo da liberação do espírito criador através do trabalho livre e branco e a necessidade de branqueamento do país.

Os Imigrantes que em parte vinham como colonos para a região nordeste do Rio Grande do Sul, onde se localiza o município de Caxias do Sul, estavam fugindo da fome, da desnutrição, do salário irrisório, das perdas de terras (fisco, agiotagem e grandes proprietários) isto é, da exclusão e marginalização social. Até então, a serra era habitada por comunidades de caçadores, coletores, pescadores e agricultores incipientes, de língua jê, os bugres.

Os imigrantes, ao ingressarem no “novo mundo”, cuja realidade era bastante diversa do país de origem, tinham o desafio de superar a adversidades como o isolamento e atraso técnico, adaptando-se as novas condições.

A produção agrícola e artesanal dos imigrantes, ao separar-se da complexa divisão do trabalho em que estava inserida na Itália, viveu verdadeira involução tecnológica em relação aos métodos e técnicas praticados na península. Sobretudo nos primeiros tempos, os colonos reduziram o número de seus instrumentos de trabalho, que se tornaram mais rústicos (MAESTRI, 2000, p.25).

Em meio a leva de camponeses pobres que vinham da Itália havia pessoas com alguma posse e politizadas, pois nos “[...] anos 1880, surgiram as primeiras greves e organizações operárias rurais socialistas e anarquistas” (MAESTRI, 2000, p. 32). Afinal o Manifesto Comunista escrito por Marx e Engels foi publicado pela primeira vez em 1850 o que evidencia o grau de desenvolvimento da sociedade européia³⁰ e a presença de uma corrente de opinião revolucionária, fundamentada em uma análise científica. A alternativa apresentada pelo “socialismo científico” ao modo de produção capitalista era a transformação

³⁰ Em 1856 houve vários aperfeiçoamentos técnicos e invenções como o motor a explosão, automóvel a gasolina, fotografia, cinema. Verificou-se uma tendência à formação de grandes indústrias e bancos que venho a ser caracterizado como capitalismo monopolista.

radical da sociedade a partir da organização da classe operária, apontando a perspectiva socialista. Pois os proletários nada têm a perder senão seus grilhões, e têm o mundo a ganhar. (MARX E ENGELS, 1978).

Este processo de transformação advogado pelos revolucionários expressa com clareza o papel atribuído ao sindicato no embate entre o operariado e a burguesia.

Com o desenvolvimento industrial, no entanto, o proletariado não cresce unicamente em número; concentra-se em massas cada vez maiores, fortalece-se e toma consciência disso. [...] A partir daí os trabalhadores começam a formar uniões (sindicatos) contra os burgueses; atuam em conjunto na defesa dos salários; fundam associações permanentes que preparam para esses choques eventuais (MARX E ENGELS, 1978, p.101).

Entretanto estas organizações devem superar a concorrência entre os próprios trabalhadores, como alerta Marx na resolução do Congresso da I Internacional (1866).

A única força social do lado do proletariado é a sua massa. As a força da massa dissolve-se quando há desunião. A separação entre proletários é produto e o resultado da concorrência entre eles próprios. Os sindicatos nascem precisamente do impulso espontâneo dos operários, tendendo a eliminar, ou pelo menos reduzir esta concorrência, a fim de que se possam conseguir, nos contratos, condições que os coloquem um pouco acima da situação de simples escravos (MARX, apud LOSOVSKY, 1989, p. 06).

Portanto, enquanto na Europa a Liga dos Comunistas (associação internacional de operários) já solicitava a elaboração de um programa detalhado, teórico e prático do Partido Comunista, partindo da análise da sociedade capitalista industrial, aqui a luta era contra a escravidão empregada pelo latifundiário. Enquanto na Europa o conflito de classes era entre burguesia e operariado, aqui o ingresso efetivo de mão-de-obra assalariada do imigrante se expande somente com a agonia do escravismo.

O apoio efetivo do governo imperial e provincial paulista a imigração se deu através da Sociedade Promotora de Imigração (1885-95), desta forma ampliando o uso do trabalho assalariado. Em São Paulo isto produziu alterações como: o primeiro relativo surto de urbanização, o aumento das atividades artesanais e o aparecimento da indústria fabril (SIMÃO, 1966).

É a partir da articulação entre imigração e urbanização que se pode compreender e analisar os primórdios da acumulação no Brasil. As informações contidas na Tabela 1 permitem se ter uma noção do fluxo migratório que contribuiu para este processo.

Tabela 1 – Fluxo de imigrantes no Brasil e em São Paulo — 1850 a 1889

Decênios	Imigrantes no Brasil	Imigrantes em São Paulo	% de São Paulo em relação ao Brasil
1850-1859	108.045	6 310	5,8
1860-1869	106.187	1 681	1,6
1870-1879	203.961	11 730	5,7
1880-1889	453.788	183 349	40,1
Total	871.984	203 070	

Fonte. LIMA, 1970, p. 241.

A tabela evidencia o crescente ingresso de imigrantes no Brasil que reproduzem as divisões ideológicas e políticas do movimento operário. Esta Situação contribuiu para o surgimento do movimento operário brasileiro após 1890, que reflete, como um “espelho”, a realidade da Europa, pois vem “empacotado” trazido pelo imigrante que vem trabalhar como assalariado rural e urbano. As formas de organização e teoria no Brasil aparecem como herança de fora modelada pela matriz, mas que refletem o grau e ritmo de desenvolvimento particular, decorrente do desenvolvimento econômico local. (CARONE, 1979). Em relação a isto cabe lembrar que:

Desde cedo o movimento operário toma consciência de seus direitos. Em movimento que podemos denominar de caráter reformista, trabalhadores pedem ao Governo Imperial que proteja a indústria, medida que os beneficiaria indiretamente. A partir de 1890, as reivindicações tomam forma mais ampla e dizem respeito às condições de vida e direitos políticos (CARONE, 1979, p. 197).

O exemplo desse movimento reformista é o abaixo assinado contendo 382 assinaturas promovido pelos operários chapeleiros (1877) que lutam contra o comércio importador responsável pelo definhamento da indústria nacional. Além de a concorrência tornar necessário “[...] introduzir no fabrico máquinas dos sistemas mais aperfeiçoados, com as quais acabam maiores quantidades de obra e dispensa número considerável de operários” (O Auxiliar da Indústria Nacional apud CARONE, 1979, p. 200).

Esta preocupação protecionista também é expressa pela União Operária, que em documento denominado de Manifesto do Corpo Coletivo União Operária (1885) apresenta sugestões ao Imperador a este respeito e propõe a criação de um banco de crédito para financiar as iniciativas de trabalho de manufatura, entre outras medidas (Manifesto do Corpo Coletivo União Operária apud Carone, 1979 p, 210), o que não significa ausência de movimentos grevistas, como por exemplo a dos Tipógrafos do Rio de Janeiro (1858), contra as injustiças patronais e por aumento salarial.

O caráter reformista do movimento operário também se manifesta diante da ausência de ações sociais pelo Estado. Em 1883 foi instituído no Rio de Janeiro (então capital do Brasil) a Associação Geral de Auxílios Mútuos da Estrada de Ferro Central do Brasil, que

com a contribuição mensal vem garantir aos seus associados o auxílio em caso de moléstia, invalidez por velhice ou acidente (CARONE, 1979).

Quanto aos conflitos coletivos e industriais em São Paulo, as greves, foram em pequeno número durante o período inicial das primeiras organizações, as quais reuniam indistintamente os operários de diversos ofícios e indústrias.

As primeiras greves operárias de que se tem notícia verificam-se somente vinte anos após o primeiro surto industrial. Em 1880, oito engenheiros de uma ferrovia suspenderam suas atividades, em protesto contra um processo administrativo instaurado na empresa. **No entanto apenas no fim daquela década registram-se greves de assalariados por questões de remuneração e relações humanas no trabalho.**³¹ Em 1888, operários de uma empresa construtora suspenderam seus serviços devido à falta de pagamento (SIMÃO, 1966, p. 102).

Verifica-se que o embrionário movimento operário brasileiro, especialmente na região sudeste, é constituído a partir dos imigrantes e tem em sua fase primeira uma preocupação reformista. Atua procurando preservar empregos e salários através de solicitação de medidas protecionistas à nascente indústria nacional. Sugerem ações para desenvolvimento de manufaturas e diante da ausência de políticas sociais estatais começam a organizar-se para amparar, seus pares, em casos como de enfermidade, morte, uma vez que a assistência social ficava a cargo de associações particulares. A omissão do Estado também se manifesta na falta de regulação das relações de trabalho.

A primeira interferência do poder público nas relações de produção foi constituída pelos atos referentes à abolição do regime escravista.³² Nisto, porém, ficou a ação efetiva do Estado nesse plano da vida econômica, não mais tocando de fato, por longo período, no direito privado de estabelecer regimes de trabalho (SIMÃO, 1966, p. 63).

Por sua vez, em Caxias do Sul, nesta época, não há organizações operárias do tipo sindical, pois a colonização iniciada oficialmente em 1875 se assentou no regime da pequena propriedade, agricultura policultora, no trabalho livre familiar e artesanato colonial.

A estrutura fundiária da região, baseada no módulo do modelo colonial de 20 hectares, não permite a formação de latifúndios. Os colonos e suas famílias trabalham a terra. A produção agrícola, dada a carência técnica, permite apenas a manutenção do colono e de sua família. Para aumentar a renda o colono e sua família diversificam as atividades, criando a indústria caseira, porém utilizando pouca técnica e mão-de-obra familiar. Essa produção limitada e primitiva não possibilita a acumulação de capital. **A acumulação de capital se dá através das casas comerciais. Foi o capital gerado pelo comércio que permitiu o desenvolvimento industrial de 30**³³ (GIRON e BERGAMASCHI, 2001, p.22).

Em 1878, na área urbana de Caxias, residiam 800 famílias que atuavam em atividades como funilarias, ferrarias, carpintarias, olarias, ourivesaria, fábricas de cadeiras,

³¹ Grifo nosso.

³² Grifo nosso.

³³ Grifo nosso.

cerveja, cestos e alfaiataria e casas de comércio, dados que demonstram a realidade de produção artesanal de pequeno porte, geralmente familiar (GIRON e BERGAMASCHI, 2001).

A acumulação de capital ocorre a partir do capital comercial que expropriava parte do sobretabalho da produção colonial. Para isto contribuía o isolamento dos colonos dos mercados consumidores submetendo-os ao preço de venda de sua produção definido pelo comerciante que somente lhes pagava após a venda da mercadoria adquirida. A acumulação comercial das riquezas produzidas pela economia agrícola e artesanal financiou a industrialização e proletarizou, em boa medida, os pequenos camponeses obedecendo a dinâmica da exploração capitalista.

2.2 A república dos coronéis e a construção do sindicalismo

O ano de 1889 marca o início da primeira República também denominada de “república dos coronéis”³⁴ que perdurou até 1930. Neste período ainda a autoridade do governo terminava na porteira das grandes propriedades, havendo uma conveniência entre o poder de Estado e dos proprietários, não existindo um poder realmente público.

Não havia justiça, não havia poder verdadeiramente público, não havia cidadãos civis. Nessas circunstâncias não poderia haver cidadãos políticos. Mesmo que lhes fossem permitido votar, eles não teriam condições necessárias para o exercício independente do direito político (CARVALHO, 2004, p. 57).

Em termos políticos a Primeira República não significou grandes mudanças, apesar de introduzir a Federação de acordo com o modelo Americano. O federalismo, enquanto instrumento jurídico, assegurou à oligarquia o controle da política regional e acesso ao domínio da política nacional.

A abrangência de organizações locais também se manifesta nos mais de 30 centros e partidos operários, tais como: Partido operário do Rio Grande do Sul (1890), Partido Operário de São Paulo (1890), Centro operário da Bahia (1894), Centro Socialista de São Paulo (1896) e Partido Socialista do Rio Grande do Sul (1897). Em 1892 realizou-se o I Congresso Socialista Brasileiro com a finalidade de organizar o Partido Socialista Brasileiro, o que acabou não ocorrendo. Somente em 1906, no I Congresso Operário Brasileiro que reuniu 32

³⁴ Coronel era o posto mais alto na hierarquia da guarda nacional e indicava o chefe político local. O coronelismo era a aliança entre estes chefes com os presidentes dos estados e desses com o presidente da República (CARVALHO, 2004, p.41).

delegados na sua maioria do Rio de Janeiro e São Paulo foi lançada a base para fundação da Confederação Operária Brasileira (C.O.B), dele participaram duas tendências políticas ideológicas da época, os anarco-sindicalistas e os socialista³⁵.

Disto decorre uma ampliação na produção de material divulgando as idéias de lideranças européias, as quais estavam divididas política e ideológica³⁶. O número de fábricas e operários ainda era bastante reduzido no final do século XIX, conforme evidencia o tabela que segue:

Tabela 2 – Número de Fábricas e Operários no Brasil — 1899 a 1930

Ano	Número de fábricas	Número de operários
1887	636	54 169
1907	3 120	149 018
1920	13 436	275 514
1930	18 800	450 000

Fonte: CARONE,1970, p.70

A quantidade de fábricas e operários e a realidade de profundas desigualdades regionais contribuíram para os limites destas organizações.

Em 1920, a industrialização também se concentrava nas capitais, com destaque para o Rio de Janeiro, ainda a cidade mais industrializada do país, e para São Paulo, que se transformava rapidamente no principal centro industrial. **Cerca de 20% de mão-de-obra industrial estava na cidade do Rio de Janeiro, ao passo que 31% se concentrava no estado de São Paulo**³⁷ (CARVALHO, 2004. p. 58).

Em meio a este processo de aumento quantitativo de fábricas e operários e as precárias condições de trabalho e a baixa remuneração a qual estavam submetidos os operários surgem diversos movimentos grevistas. Os mesmos ocorrem nos centros mais industrializados e com a presença de operários que vinham de uma realidade diversa da que estavam sendo submetidos e tinham contato com organizações e idéias políticas classistas.

Entre 1901 e 1914, houve 91 registros de greve na cidade de São Paulo e 38 no interior. Por sua vez, entre 1915 e 1929 respectivamente, 42 em estabelecimentos isolados, 20 em setores da economia e 2 interprofissionais, além de 22 em cidades do interior em estabelecimentos isolados, 8 em setores da economia e 3 interprofissionais, incluindo as de 1917 e 119 que ocorreram também na capital (SIMÃO, 1966).

Em 1917, eclodiu a greve geral acompanhada de grandes manifestações públicas paralisando São Paulo. “No Bairro do Brás, onde se concentra a maior parte dos trabalhadores

³⁵ Os anarco-sindicalistas privilegiavam a luta dentro da fábrica através da ação direta e negavam a importância da luta política por isso entendiam não ser necessário um partido político da classe operária. Os socialistas era essencialmente reformistas, propunham a transformação gradativa da sociedade capitalista e defendiam a organização partidária e participação na luta parlamentar.

³⁶ Entre as principais correntes destacam-se: os reformistas, anarquista, marxistas, cristãos e socialistas utópicos.

³⁷ Grifo nosso.

imigrantes, houve tiroteios violentos entre os grevistas e a polícia” (FIGUEIRA, 2000, p. 326). Os trabalhadores reivindicavam: aumento salarial, proibição do trabalho de menores de 14 anos, jornada de oito horas, pagamento de horas extras com acréscimo de 50%, fim do trabalho aos sábados à tarde, garantia de emprego, respeito ao direito de associação, medidas contra a carestia e redução dos preços dos aluguéis.

Este movimento deve ser inserido no contexto mais geral de crise internacional materializado na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A mesma, no Brasil provocou a redução da importação de produtos industrializados contribuindo para o crescimento das indústrias nacionais. Também integra esta realidade, o intenso processo revolucionário que culminou com a Revolução de outubro de 1917 e deu origem a União Soviética, primeiro Estado no mundo a adotar o sistema socialista. Este fato contribuiu para estimular a organização e fundação, em 1922, do Partido Comunista do Brasil (P.C.B)³⁸, com o objetivo de liderar a revolução no Brasil.

Neste período, no Estado de São Paulo, entre 1901 e 1914, haviam 66 associações sindicais, sendo que 41 destas localizadas na capital. Por sua vez, entre 1915 e 1929 o total de associações era de 70 e destas, 53 estabelecidas na capital. (SIMÃO, 1966) Ressalta-se que, em 1913 e 1920, realizou-se respectivamente o II e III Congresso Operário buscando reavivar a Confederação Operária Brasileira. E, em 1929, foi criada a Federação Regional do Rio de Janeiro e realizado o Congresso Sindical Nacional que congregou os sindicatos influenciados pelos comunistas para organizar a Central Geral dos Trabalhadores no Brasil (CGTB).

Nesta época, o movimento operário encontrava-se mais organizado e ativo em São Paulo. As razões disto são o dinamismo econômico provocado pela expansão do café que tinha como base o trabalho dos imigrantes italianos tanto na agricultura como na indústria. Já no Rio de Janeiro, capital federal, havia a forte presença de população negra (ex-escravos e descendentes) na classe operária e maior diversidade de orientação política, além da proximidade com o poder do Estado através das empresas públicas (estradas de ferro, marinha mercante, arsenais) e conseqüente controle repressivo.

Em 1901, em São Paulo, 90% dos operários eram estrangeiros alguns dos quais eram líderes do movimento operário, por isto em 1902 a Câmara dos Deputados aprovou uma Lei de iniciativa do presidente da República que permitia a expulsão de estrangeiros. (CARONE, 1979) Desta maneira estava assegurado legalmente ao governo mandar embora do país as

³⁸ “O mais antigo dos grupos Comunistas existentes no Brasil era o de Porto Alegre, organizado em novembro de 1918 sob a denominação de União Maximalista. Esta constituía assim, o núcleo orgânico mais antigo de decididos partidários da Revolução Sovietista Russa e da Internacional Comunista” (CARONE 1982, vol. I, p. 19).

lideranças mais combativas do movimento operário. Fato este que ocasionou protestos, comícios de operários contra esta arbitrariedade, pois são os imigrantes especialmente italianos, que organizam o movimento operário e com ele a formação de “cidadãos mais ativos”. Assim não é de se estranhar que: “Os direitos civis beneficiavam a poucos, os direitos políticos a pouquíssimos, os direitos sociais ainda não se falava, pois a assistência estava a cargo da igreja e de particulares” (CARVALHO, 2004, p. 24).

Por sua vez, a legislação sindical limita-se ao decreto 1.637 de 1907 que cria os sindicatos profissionais e as sociedades cooperativas. Reformado quanto às cooperativas pelo decreto 22.239 de 1932 (SIMÃO, 1966). O Estado Republicano com sua concepção liberal, expressa na Constituição de 1891³⁹, negava-se a intervir regulamentando as relações de trabalho, bem como não realizava ações sociais de caráter obrigatório⁴⁰. Esta postura liberal do Estado frente a questão social e a influência das idéias do anarco-sindicalismo contribuí para a origem do movimento sindical.

As exceções do início do período republicano, até 1930, foram o Código dos Menores (1923) e a criação da Caixa de Aposentadoria e Pensão para os ferroviários (1923). Sendo que a Caixa de aposentadoria além de ser uma resposta a luta dos ferroviários assegurava a manutenção do transporte do café, viabilizando sua exportação.

No campo da regulação das relações, o Estado permanece negando-se a legislar sobre o trabalho, sua presença se manifestava através da repressão policial aos operários diante de sua exigência para regular a jornada de trabalho, condições de higiene, repouso semanal, indenização por acidente etc... (CARVALHO, 2004).

Quanto a economia do município de Caxias do Sul em 1915 havia 418 estabelecimentos e destes, 180 eram industriais.

Em 1915 a existência de vários estabelecimentos industriais garantia grande diversidade na produção. Havia empresas modernas como a metalúrgica e as tradicionais como as de consumo. É bastante significativo que o maior número de indústrias fosse a de bebidas, as de ‘graspa’, aguardente de uva, representando cerca de 32% das empresas existentes (GIRON e BERGAMASCHI, 2001, p. 106).

³⁹ A Constituição estabelecia entre os direitos civis: todos são iguais perante a lei; direito ao credo diferenciado; direito de propriedade; inviolabilidade do lar; liberdade de imprensa; *habeas corpus*; direito á defesa sigilo de correspondência. Quanto aos direitos políticos: votar e ser eleito para maiores de 21anos, com exceção dos mendigos analfabetos, os praças e os religiosos; direito de associação em qualquer instituição. Em relação aos direitos sociais: livre exercício de qualquer profissão moral e intelectual e industrial. Direitos estes que não eram efetivados (COUTO, 2004).

⁴⁰ Ao Estado não cabia promover a assistência social que era quase que exclusividade de Associações particulares (Auxílio mútuo e Santa Casas de Misericórdia).

Neste sentido cabe destacar que:

No período que vai de 1913 a 1920 há um crescimento acelerado das indústrias caxienses, surge as indústrias metalúrgicas, fábricas de produtos químicos, de erva mate, de vela, de cola, de tecidos e uma xarqueada (GIRON apud LAZZAROTTO, 1981, p. 33).

A situação internacional, especialmente, a primeira guerra mundial repercute no país e, em especial, na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul, estimulando a industrialização caxiense. “Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) várias oficinas mecânicas passaram a produzir peças de reposição, já que o transporte entre o Brasil e os centros produtores estava suspenso pelo conflito” (GIRON e BERGAMASCHI, 2001, p. 109). Em suma, esta realidade internacional contribuiu para:

[...] o processo de industrialização caxiense, uma vez que, com a crise nacional no setor de exportação, muitas ferrarias locais já existentes acabaram se tornando oficinas — especialmente as de cunho mecânico e metalúrgico — para reposição de peças e materiais para suprimento das necessidades locais. (PERUZZO, 2004, p. 73).

Evidentemente que para isto contribuiu o fato dos imigrantes italianos possuírem alguma especialização técnica e a colonização ser baseada no regime de pequena propriedade e cujos “[...] produtos agrícolas eram postos no mercado, e a colônia era a grande fornecedora de gêneros não só para a região como para o estado” (ibid, p. 117).

Contudo, a gênese da indústria brasileira e, especialmente da região nordeste do estado do Rio Grande do Sul não pode ser atribuída apenas à guerra ou às oscilações da economia do café, na alternância de períodos de crise e de falta de crise.

[...] Na verdade, os principais grupos econômicos, os que se tornaram grandes depois, surgiram no último quarto do século XIX. E praticamente todos eles nasceram para substituir a produção artesanal e doméstica ou produção em pequena escala disseminada por um grande número de estabelecimentos tanto na capital quanto no interior (MARTINS, 2004, p.106).

Este processo foi vivenciado na região nordeste do Rio Grande do Sul em parte como decorrência do fato dos imigrantes italianos trazerem conhecimentos técnicos da Europa possibilitando modernizar a economia gaúcha, instalando indústrias que não existiam anteriormente tais como: indústria de tratores, equipamentos agrícolas, fabricação de motores elétricos, implementos rodoviários e indústria química (GIRON e BERGAMASCHI, 2001).

Nesta análise deve-se ter o cuidado de compreender que em termos mais gerais, nesta época no Rio Grande do Sul, houve a proliferação de indústrias, embora deficiente de capital e tecnologia, pois o crescimento do setor agropecuário não resultou em um grande mecanismo gerador de acumulação de capital para a indústria, mesmo com o forte desenvolvimento do setor agropecuário que desempenhava papel auxiliar, sobretudo do crescimento industrial do

centro do país. O novo padrão de acumulação que se desenvolvia, tinha no fornecimento de alimentos baratos para o trabalhador nacional um de seus pilares (KONRAD, 2006, p. 32).

Quanto aos operários deste período, o livro *Pobres Construtores de Riqueza* de Lazzarotto (1981) é indicativo em relação a origem da mão-de-obra no período de 1905 à 1920. Mesmo que o estudo seja da metalúrgica Abramo Eberle, fornece uma noção da origem da mão-de-obra. Parcela desta força de trabalho era obtida junto aos vizinhos e, composta de crianças, jovens, ou mesmo de mulheres que não tinham onde trabalhar e sequer eram “fichados”. E, também de migrantes do meio rural transformados em assalariados, sem os “[...] vícios dos calejados trabalhadores urbanos, e inicialmente suas aspirações são muito tímidas e limitadas” (LAZZAROTTO, 1981, p. 82). Apenas uma pequena parcela era de operários qualificados (fichados). A média de permanência na referida empresa nunca era inferior a 18 anos evidentemente que este dado tem que considerar o elevado número de operários não fichados. Somente em um segundo momento (1921-1931) inicia-se o fluxo de mão-de-obra proveniente de regiões próximas e, a preocupação com contratação de mão-de-obra mais especializada, cuja média de permanência decai para 10 anos.

Este contexto permite compreender as dificuldades em organizar um sindicato, o que não significa abdicar da resistência. Nesta época, mais precisamente em 1913, já existia o Sindicato dos Tanoeiros de Caxias do Sul que contava com 30 operários como sócios e integrava a Federação Operária do Rio Grande do Sul, além do Sindicato de Ofícios Vários de Caxias presente no II Congresso Operário do Rio Grande do Sul de 1920.

A resistência individual também existia. O exemplo disto é que em 1924 “a firma solicitou que o operário pedisse sua demissão, pois não aceitava suas idéias contrárias ao interesse da mesma” (LAZZAROTTO, 1981, p. 174). Assim como em 1927 um operário é demitido “por escrever dizeres contra a firma”; repetindo-se o fato em 1928 com um operário que escreveu nas fachadas de diversos prédios da cidade, inclusive no depósito da firma “dizeres contra a firma” (ibidem, 1981).

Em Caxias do Sul, o número de operários era pequeno em relação a São Paulo, mesmo assim, alguns movimentos grevistas ocorreram em 1917 e 1920. Trabalhadores da viação Férrea, dos Curtumes e os Metalúrgicos da Amadeu Rossi, paralisaram suas atividades exigindo redução da jornada de trabalho para 8 horas, aumento salarial e pagamento dos vencimentos atrasados (CARVALHO, 2003, p.12-13).

A organização do movimento sindical dos operários Metalúrgicos de Caxias do Sul iniciou em 1928. No princípio foram realizadas diversas reuniões objetivando reforçar o movimento. Suas principais reivindicações eram jornada de trabalho de 8 horas diárias e carteira profissional, sem contudo deixar de ter também um objetivo mutual. “Á época, os

trabalhadores participavam da Sociedade dos Metalúrgicos — com 82 associados — que fazia parte da Sociedade União Operária. Esta sociedade era formada por metalúrgicos, tanoeiros, trabalhadores em construção civil, curtumes, tecelagem, alimentação e técnicos em cantina” (CARVALHO, 2003, p.16).

A crise mundial de 1929 teve impactos locais negativos especialmente no setor agrícola em relação à sobrevivência de estabelecimentos comerciais e industriais, conforme indica estudo do período em relação à Caxias do Sul: “Muitos foram os comerciantes e industriais que ficaram sem capital de giro e sem possibilidades de saldar seus débitos, muitos fecharam as portas. A situação local era apenas reflexo da situação nacional” (GIRON e BERGAMASCHI, 2001, p. 140), condição esta que repercute sobre os trabalhadores.

2.3 A regulação sindical e trabalhista dos anos 1930

O “movimento de 30”⁴¹ representa a substituição das classes proprietárias rurais pelas novas classes burguesas empresariais industriais. Este processo ocorreu de forma distinta da revolução burguesa “clássica”. Entre as diferenças destaca-se: “A grande revolução brasileira não é um fato que se registrasse em um instante preciso; é antes um processo demorado e que vem durando pelo menos há três quartos de século” (HOLANDA, 2004, p.171). Considera-se o mesmo como um momento de continuidades e rupturas, nas relações de trabalho na economia e política brasileira, com o término da hegemonia agrário-exportadora e o começo da urbano-industrial. Em nosso país é muito difícil datar o término de um período histórico, político, econômico e social, embora muitos historiadores assim procedam, a exemplo de Carvalho, ao afirmar:

O ano de 1930 foi um divisor de águas na história do país. A partir dessa data, houve aceleração das mudanças sociais e políticas, a história começou a andar mais rápido. No campo que aqui nos interessa, a mudança mais espetacular verificou-se no avanço dos direitos sociais. [...] Os direitos políticos tiveram uma evolução mais complexa. O país entrou em fase de instabilidade, alternando-se ditaduras e regimes democráticos. [...] Os direitos civis progrediram lentamente. (CARVALHO, 2004, 87-88)

⁴¹ A expressão aqui utilizada tem por base o conceito de Movimento de 1930, no lugar da tradicional denominação “Revolução de 1930”, por entender que a chegada ao poder da dissidência oligárquica não resultou em mudanças estruturais na forma do capitalismo dependente da formação sócio-econômica brasileira e seu uso representa uma estratégia da dominação para apagar outras propostas políticas que se expressaram no interior da luta de classes (CONRAD, 2004).

Estas mudanças históricas ocorrem pela chamada “via reformista”⁴² ou levando em conta as particularidades do Brasil pela “via colonial”, na qual as realizações são efetivadas de forma lenta, progressiva, sem ruptura do sistema, com exclusão dos trabalhadores enquanto participação definidora deste processo, apesar da frações das classes dominantes que assumiram o poder através do movimento de 30, considerarem seu potencial transformador e reivindicativo.

Em síntese, a expansão do capitalismo no Brasil introduz relações novas no arcaico e reproduz relações arcaicas no novo. O processo é de simbiose, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta do atrasado, na qual a intervenção do Estado⁴³ na esfera econômica tem papel de criar as bases para a acumulação capitalista baseada essencialmente na realização interna (OLIVEIRA, 1988).

Oliveira (1988) alerta para o fato de não haver apenas momentos de unidade, mas também de contradições entre a nascente burguesia industrial e os latifundiários, no plano das classes dominantes, assim como antagonismo entre os proprietários e não-proprietários ou entre exploradores e explorados.

Ao assumir o poder, a oligarquia dissidente introduz uma nova correlação de forças sociais e realiza nos anos seguintes, reformulações do aparelho e ação estatal.

Regulando o preço do trabalho, [...] investindo na infra-estrutura, impondo o confisco cambial ao café para redistribuir os ganhos entre os grupos das classes capitalistas, rebaixando o custo de capital na forma de subsídio cambial para as importações de equipamento para as indústrias e na forma de crédito a taxa de juro negativas reais, investimento na produção (Volta Redonda e Petrobrás, para exemplificar). O Estado opera continuamente transferindo recursos e ganhos para a empresa industrial, fazendo dela o centro do sistema (OLIVEIRA, 1988, p. 19).

⁴² Designação adotada por Lenin para a transição para o capitalismo, caracterizada por um “[...]caminho das dilatações, dos adiamentos, de agonia dolorosa e lenta [...]” na qual as realizações ocorrem “de modo lento, progressivo, cauteloso, indeciso, por meio de reformas e não de revolução” (LENIN, apud ANTUNES 1990, p.43) Sendo que a mesma tem como referencial teórico a categoria “via prussiana” originária em escritos de Karl Marx, na busca de definir a transição tardia do capitalismo no caso da Alemanha. Portanto distinta da via revolucionária caracterizada pela transição abrupta, radical e violenta do feudalismo para nova forma de produção capitalista. Evidentemente o uso desta categoria teórica não significa transportar a situação da Alemanha, estudada por Marx ou da Rússia de Lenin já que no Brasil há singularidades tais como: o processo de colonização, e sua ocorrência hipertardiamente, além de ser subordinado ao capitalismo já na sua fase monopolista, portanto da grande indústria o que provoca a introdução de máquina antes mesmo do trabalho artesanal industrial. Situações que justificam a incorporação, por Antunes da designação “via colonial” (ANTUNES, 1990).

⁴³ Neste período o liberalismo econômico enquanto princípio organizador da sociedade, baseado na instituição de um mercado auto-regulável, entrou em colapso. “A década de 30 viu as proposições absolutas de 1920 serem questionadas. [...] As dívidas internacionais eram repudiadas integralmente e os pilares do liberalismo econômico eram abandonados pelos mais ricos e respeitáveis” (POLANYI, 2000, p.174).

Esta situação é favorecida pela grande guerra de 1914⁴⁴, crise de 1929⁴⁵ e posteriormente pela segunda Guerra Mundial⁴⁶ que viabilizam um mercado interno estável e seguro, pois não havia ameaça de competição dos importados, possibilitando a produção de mercadorias de menor qualidade e de maior preço, aliado a situação desfavorável e à economia agroexportadora do café.

As alterações realizadas devem ser compreendidas como parte do processo de inserção do país em uma nova divisão internacional do trabalho. Situação que requer novas relações de trabalho e sociais, o que possivelmente contribuiu para o avanço dos direitos sociais, embora os mesmos fossem destinados apenas a uma parcela da população. A isto se deve acrescer a luta pelos direitos enquanto reivindicação do movimento sindical e dos proletários dos principais centros urbanos da época e a perspectiva teórica e política de parcela da elite que assumiu o poder advogando harmonia social.

A propalada harmonia social se constitui em uma estratégia para manutenção do poder via reprodução da ordem econômica e social, sem contudo abdicar do uso da força para reprimir as greves e outros movimentos reivindicatórios. Esses aspectos são extremamente importantes e muitas vezes são omitidos por alguns estudos. Certamente as idéias de Auguste Comte, preocupado com a crise social ocasionada pela revolução industrial do século XIX são o fundamento desta concepção política.

A mais incontestável e perigosa dessas recentes agravações dos vícios radicais, inerentes até aqui ao movimento industrial, consiste por certo na oposição mais profunda que se estabelece entre os interesses respectivos dos empresários e dos trabalhadores, cujo deplorável antagonismo mostra quanto a indústria moderna ainda está essencialmente afastada de uma verdadeira organização[...] (COMTE apud MORAES FILHO, 1978, p.195).

⁴⁴ A mesma interrompeu “[...] o sistema de equilíbrio de poder que, durante um século, impediu a ocorrência de qualquer guerra prolongada e devastadora entre as Grandes Potências.” (POLANYI, 2000, p. 17) Conforme o autor, esta paz não poderia ser assegurada, uma vez fracassada a economia mundial sobre a qual repousava e que tinha como base o padrão internacional ouro e o mercado auto-regulável e o estado liberal. “A dissolução do sistema econômico mundial que se processava desde 1900, foi o responsável pela tensão política que explodiu em 1914 [...]” (ibid., p.37).

⁴⁵ Considerada como uma crise de superprodução cujas causas são: a tendência a limitar o consumo das massas pois os capitalistas buscam conter ao máximo o dinheiro que distribui sob a forma de salário e a anarquia da produção com sua tendência a aumentar a produção. “A crise, em última instância, significa a impossibilidade de manter o antigo nível de valores, de preço e de taxa de lucro” (SALAMA e VALIER, 1975 p. 123). Em relação a crise iniciada em 1929, a mesma destruiu parcela significativa do comércio mundial. A partir deste momento a economia de mercado, baseada no liberalismo econômico, cujo princípio organizador é o mercado auto-regulável passa a ser enfrentado por um contramovimento protecionista. Isto é verificado pela ampliação e aplicação das idéias de John Maynard Keynes que advoga o Estado como regulador e gestor da economia a fim de assegurar a atividade econômica, consumo e pleno emprego de acordo com os fatores de produção.

⁴⁶ A Segunda Guerra reflete a crise do sistema mundial em meio as aspirações e concorrências imperialistas das nações.

Para Comte o antagonismo é uma anomia, cuja superação dar-se-á através da reorganização intelectual e moral via educação positiva. Contribuindo para isto a ação do governo, repressiva e diretora. Ele, define o papel do governo como:

[...] tendo por objetivo a manutenção da ordem, e o consideramos em seu papel ativo, como encarregado de fazer concorrer para o mesmo objetivo geral todas atividades parciais, o que é, a meu ver, sua principal função, sobretudo no sistema social próprio dos povos modernos (COMTE apud MORAES FILHO, 1978, p.189).

Esta concepção é adotada por Getúlio Vargas durante o seu governo nas novas relações que se estabelecem a partir da redefinição do papel do Estado em meio a crise mundial de superprodução. Sua presença também é sentida em parcela significativa dos políticos gaúchos. Um exemplo desta relação trabalho, ordem e Estado é a correspondência enviada pelo prefeito de Caxias (1931), Miguel Muratore ao governador Flores da Cunha. Nele é relatado a medida emergencial adotada, “a fim de amparar crescido número de operários sem-trabalho”, como o estabelecido trabalho na prefeitura, três vezes por semana e solicitava autorização para incluir as despesas no orçamento vigente. Em anexo ao mesmo havia uma correspondência entregue por uma comissão de oitenta e cinco desempregados da cidade que afirmava haverem mil e oitocentos sem-trabalho, por isso pediam providências públicas para eles, brasileiros, na maioria “filhos do Rio Grande do Sul”, e “amantes da ordem e do trabalho”. (KONRAD, 2004) Diante disso, a correspondência dos desempregados reivindicava:

[...] Dêem-nos trabalho apenas para que possamos levar o que comer à boca dos que estremecemos, pelo sangue e pela vida. Se nada podem fazer por nós as municipalidades nem as fábricas, dêem-no ou vendam-nos terras os governantes. Coloquem-nos em qualquer parte, como aqui foram outrora colocados os colonos italianos — e cercados das necessárias garantias, até a primeira colheita, seremos colonos também (...). Vastíssimos são os latifúndios do governo do estado e da União, e diante deles, de braços cruzados, estamos aqui quase a morrer de miséria e de fome [...] (ibid. p.179).

O binômio manutenção da ordem e progresso social aliado a influência da política econômica de recorte Keynesiano confere um certo tratamento político a “questão social”⁴⁷. O referido discurso de tratamento político a chamada “questão social” é parte do processo de

⁴⁷ A adoção pelo Estado de iniciativas regulatórias governamentais na área social em especial trabalhista, na perspectiva do governo evitava o descontentamento e a perturbação da “ordem social”. Portanto o Estado mesmo diante de sua propalada atuação “imparcial”, de árbitro passa incidir frente a necessidade material e reivindicações, assegurando alguns direitos trabalhistas. Entretanto isto não pode ser confundido com o conceito de questão social utilizado majoritariamente no Serviço Social, como: “Conjunto das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem raiz comum: a produção social cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por parte da sociedade.” (IAMAMOTO, 2000, p.27) Além da a resistência as mesmas.

legitimação política da fração das classes dominantes que controlava o Estado⁴⁸. A adoção da política social pública de “caráter preventivo”, busca a adesão e consenso dos trabalhadores na perspectiva da harmonia social⁴⁹ sem contudo abdicar da repressão.

[...] o positivismo rio-grandense, idealizado por Júlio de Castilhos e seguido por Borges de Medeiros e Getúlio Vargas, já defenderá durante anos a harmonia social e o paternalismo em relação aos trabalhadores, a fim de ‘incorporá-los à sociedade’. Quando estes buscavam ultrapassar esses limites estabelecidos pela classe dominante, a repressão aparecia como solução lógica aos conflitos sociais. Esta lógica não mudou após 1930, quando foi levada por Vargas e seus aliados ao Palácio do Catete (KONRAD, 2004, p. 36-37).

A adoção desta política também se relaciona com a pressão exercida pelos trabalhadores por direitos. Assim como a própria percepção da nova realidade mundial por alguns setores industriais, especialmente de São Paulo, quando em 1931 criaram o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) em cujo discurso de fundação Aldo Mário Azevedo salientou:

[...] com o endurecimento da luta de classe e o acirramento da concorrência intercapitalista, em um período de crise e revolução, a racionalização do processo de trabalho tinha o significado de procurar ‘resolver o ‘aparente paradoxo’ das intenções de melhorar a qualidade da produção e baratear seus custos, aumentando a remuneração do operário e elevando o seu padrão de vida’. [...] Seguiu-se o modelo de nova relação entre o capital e o trabalho, a partir do modelo do Instituto Internacional de Organização Científica do Trabalho, com sede em Genebra, Suíça. Por trás da organização racional das empresas e do trabalho, os princípios do taylorismo e a preocupação com as conseqüências sociais das medidas que preconizavam orientações sobre higiene das oficinas e dos trabalhadores, ao tratamento com o pessoal, o lazer e a família do operário. No fundo, a busca da harmonia, solidariedade e cooperação entre o capital e o trabalho (AZEVEDO apud KONRAD, 2004, p 103).

A busca do controle estatal dos sindicatos, é instituída pelos decretos-Leis nº 19.770/31, nº 24.694/34 e nº 1.402/39. O primeiro decreto citado denominado de “Lei de Sindicalização” é considerado desdobramento dos conflitos sociais, como greves e agitações políticas, desde o início do século XX, das quais emerge a tentativa do Estado de controlar o movimento sindical. (COSTA, 1986) A clássica pesquisa de Azis Simão transformada no livro “Sindicato e Estado”, realizada a partir de documentos e jornais versando sobre o operariado paulista apresenta os dados contendo um número significativo de greves no período compreendido entre 1901 e 1929. E, somente, na década de 1930 foram declarados 91

⁴⁸ Para um conhecimento mais aprofundado sobre o assunto ler tese de doutorado: o fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937) de Diorge Alceno Konrad (2004).

⁴⁹ Esta concepção foi bem desenvolvida pelo sociólogo Emile Durkheim (1858-1917), para quem a solidariedade funda-se na interdependência decorrente da diferenciação social, ou seja a aglutinação nas sociedades é baseada na especialização das tarefas, divisão do trabalho. A solidariedade tem um caráter moral na medida em que “[...] a necessidade de ordem, de harmonia social, de solidariedade social, passa geralmente por ser morais” (DURKHEIM, 1984 p.79).

conflitos coletivos de trabalho ou categoria profissional no Estado de São Paulo (SIMÃO, 1966).

Evidentemente que este processo não pode ser reduzido apenas a pressão do movimento operário, mas a isto aliam-se as exigências de expansão do capitalismo no Brasil, sendo necessário eliminar focos de perturbação através de canais legais. A nova mentalidade busca romper com a tradição ideológica “liberal” do início do século XIX.

A intervenção de Getúlio Vargas ilustra o novo papel atribuído ao Estado a partir de então:

O individualismo excessivo, que caracterizou o século passado, precisava encontrar limite e corretivo na preocupação predominante do interesse social. Não há nessa atitude nenhum indício de hostilidade ao capital, que ao contrário, precisa ser atraído, amparado e garantido pelo poder público. Mas, o melhor meio de garanti-lo está, justamente, em transformar o proletariado numa força orgânica de cooperação com o Estado e não o deixar, pelo abandono da lei, entregue à ação dissolvente de elementos perturbadores, destruídos dos sentimentos de Pátria e Família (VARGAS apud MARTINS, 1989, p. 29-30).

Os “elementos perturbadores” ao qual Vargas se refere são: os anarcosindicalista que no princípio do século XX tinham influência no movimento operário e os comunistas. Estas concepções político-ideológica influenciavam parcela do movimento operário, especialmente a vanguarda sindical em São Paulo.

O objetivo de Vargas era retirar a influência dos “destruidores dos sentimentos de Pátria e família do movimento operário”. A regulamentação do Sindicato e de suas atividades constitui parte da ação do Estado para evitar que os anarquistas e comunistas continuassem mobilizando o operariado para a greve, o que, para os anarquistas, se constitui numa “ação direta” e reflete, o conflito básico da sociedade capitalista, a dicotomia entre os direitos de propriedade dos meios de produção e força de trabalho. Sua função é desenvolver a experiência social dos assalariados na ação sistemática contra o poder do capital.

Por sua vez, para os comunistas, a greve é considerada como forma de encaminhamento do movimento operário e tem alcance limitado devendo ser orientada segundo objetivos políticos, isto é, como meio de influir nas funções do Estado. (SIMÃO, 1966) Para estes ela constitui meio de luta que possibilita a percepção aos operários que somente unidos é possível enfrentar a burguesia. Auxilia a suprimir a concorrência entre os trabalhadores, e são tidas como meio provisório de propaganda e ação, constituindo-se como parte da luta mais geral pela transformação revolucionária da sociedade.

Estas idéias projetam na luta de classe uma promessa de emancipação social com um sentido histórico para além das lutas economicistas, capaz de mobilizar coletivamente. Em oposição a isto ocorre o controle da ação sindical pelo Estado na perspectiva de sua

transformação em mera fiscalizadora e reclamadora do cumprimento dos dispositivos legais, na medida em que, na base do Estado de Vargas, se encontram as idéias de desenvolvimento econômico e equilíbrio social (MARTINS, 1989).

Assim a regulação das relações capital e trabalho é percebida de maneira distinta pelo operariado.

[...] entre os trabalhadores desenvolveu-se, diferentes visões sobre a legislação trabalhista: uma primeira, que via o direito do trabalho destinado a superar as tensões de classe: uma segunda, como um direito reivindicatório dos trabalhadores e uma terceira, que assim como os patrões via nela tutela e proteção dos trabalhadores (KONRAD, 2004, p. 43).

Os sindicatos, conforme a determinação legal da época, eram órgãos consultivos e técnicos do governo federal, isto é, entidades de colaboração com o poder público, expressando a concepção positivista, de colaboração de classes. A política deste período em relação à organização sindical e aos direitos trabalhistas visava eliminar os conflitos e tensões sociais para possibilitar o aumento de produtividade e conseqüente o desenvolvimento industrial e, simultaneamente obter o apoio das massas urbanas para os “ideais” da Revolução.

O discurso oficial, evidenciado nas palavras do Ministro do Trabalho, Collor aos empresários cariocas dirigindo-se aos operários em greve da indústria de Adib Naber deixam bem clara esta concepção. [...] ou aceita a ação do Ministério do Trabalho, que traz a mentalidade nova, de cooperação...Ou se considera dentro de uma questão de polícia, no sentido do antigo governo. Ou abandonam a mentalidade bolchevista e subversiva, ou se integram no corpo social a que pertence (CARONE apud KONRAD, 2004, p. 43).

É neste contexto que é criado o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Caxias do Sul, fundado em março de 1933⁵⁰. No mesmo momento o governo editava Leis como 8 horas de trabalho, férias e descanso semanal — Decreto-lei nº 19.808/31, 21.186/31 e 21.364/32, proteção ao trabalho da mulher — Decreto-lei nº 21.417/32 cujo cumprimento somente poderiam ser reivindicado pelos sindicatos que satisfizessem os dispositivos legais reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Embora se verifique na época diversas reclamações de parte de entidades sindicais dos trabalhadores gaúchos quanto a parcialidade da Inspeção Regional do Trabalho (IRT), órgão vinculado ao Ministério e encarregado da fiscalização e do cumprimento da legislação, a Legislação continuara a ser descumprida.

No dia 7 de fevereiro de 1934, na sessão da Assembléia Nacional Constituinte (ANC), o gráfico João Miguel Vitaca, representante classista do Rio Grande do Sul, fez um longo discurso denunciando a situação de abandono dos trabalhadores

⁵⁰ O Sindicato dos Trabalhadores foi fundado em 6 de março de 1933, sendo antecedido pela Sociedade dos Metalúrgicos que fazia parte da Sociedade União Operária que teve início em 1928 (CARVALHO, 2003).

brasileiros e o não cumprimento da legislação social e trabalhista. Disse que todos deveriam atentar para o problema, pois os que tinham dinheiro, fiavam-se na ‘fuzilaria oficial (...) pronta a reprimir a rebelião das massas’, enquanto que os trabalhadores, ‘aumentando a fome dia a dia, unem-se para a luta’. Para Vitaca, este era o aspecto pelo qual se apresentava a questão social no Brasil, não sendo o cárcere, a deportação e o arrolamento da consciência que iriam trazer a solução satisfatória e precisa do problema (KONRAD, 2004, p. 81).

Com vistas a inserir o operariado no aparelho de Estado e aumentar o número de sindicatos atrelados ao mesmo, foi implementada nos anos de 1933 e 1934 a representação classista junto a câmara dos deputados. Esta representação consistia em destinar um quinto das cadeiras aos denominados “deputados classistas”, de cuja origem obrigatória eram os sindicatos oficiais.

A fundação do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul é parte do crescimento do número de sindicatos reconhecidos. Enquanto em 1931 eram apenas 32, em 1933 este número aumentou para 141, conforme os dados do Ministério do Trabalho. Quanto ao sindicalismo no meio rural⁵¹, o governo somente em 1941 criou uma comissão para tratar do assunto. Esta sugeriu um projeto transformado em decreto nº 7.038/44 e alterado com a exclusão dos trabalhadores da representação.

O Sindicato dos Metalúrgicos desde logo enfrentou a disputa pela influência junto a classe operária do círculo operário católico⁵². A mesma reflete a relação do Sindicato com a Igreja Católica especialmente os padres e os operários sob sua influência.

A Igreja via [os sindicatos] como uma organização de comunistas até certo ponto. Tanto que o padre Valeta tratou de fundar o Círculo Operário, para desviar os trabalhadores para o Círculo Operário e desviou mesmo. Inclusive, o Círculo Operário prejudicava muitas vezes, nos primeiros tempos, a organização sindical (Entrevista de Ernesto Bernardi (1983). FG 031 e 032. AHMCS apud PILETTI, 2005).

O Círculo Operário constituía uma entidade que cindia a unidade dos trabalhadores.

Eles [os empresários] precisavam do Círculo Operário. Claro, o Círculo operário para eles, os empregadores, era um amortecedor da luta de classes. O Círculo procurava nomear e amortecer a luta de classe, inclusive, grande parte, inclusive

⁵¹ O sindicato rural só passou a ter efeito em 1963 com a adoção do Estatuto da terra. (HEINZ, 2006).

⁵² A partir de 1932, com a constituição dos Círculos Operários, a Igreja assumiu a tarefa de “educar os trabalhadores na fé cristã e na ordem.” Esta ação se desenvolveu em consonância com o Estado, numa aproximação entre ambos. O clero se posicionou como auxiliar da busca da harmonia social. Deste processo, surgiu os Círculos Operários, a Ação Católica e, como desdobramento desta, a Juventude Operária Católica (JOC). A Igreja desenvolveu, assim, um intenso trabalho organizacional que expressava três movimentos no plano temporal: o primeiro, em que buscou firmar-se como interlocutor, junto ao Estado, dos interesses dos assalariados urbanos e, desta forma, projetar-se como elemento mediador necessário na relação capital -trabalho; um segundo que procurou alargar seu próprio poder institucional no seio da sociedade, colocando-se como alternativa ao crescente radicalismo urbano; e, por último, aquele em que pretendeu colocar-se como alternativa ao próprio modelo social ao se autodenominar a ‘terceira via’. Enquanto, no plano teológico, procurou, essencialmente, reafirmar-se como agência monopolizadora do divino e, assim, portadora dos valores transcendentais da humanidade (SOUSA, 2002).

prejudicando até certo ponto a unidade dos trabalhadores. Ele dava uma certa assistência e isso iludia o nosso trabalhador, como os próprios sindicatos dão uma certa assistência a massa trabalhadora, porque esta não é a função do sindicato (Entrevista de Ernesto Bernardi (1983). FG 031 e 032. AHMCS apud PILETTI, 2005).

Por sua vez, havia a luta interna pelo controle da entidade e a influência político-ideológica de integralistas, dos sindicalistas governistas denominados de trabalhistas, dos comunistas e dos socialistas.

A relação no sindicato entre os comunistas e trabalhistas altera-se, em decorrência da situação política local ou de acordos políticos para a eleição da diretoria sindical. Situação diversa da manifesta em relação à administração pública municipal controlada pelos trabalhistas, a quem constantemente criticavam. Esta disputa existente em Caxias do Sul, reflete a divisão e disputa pela influência realizada junto a classe operária. Sendo que a mesma é um “espelho” do que ocorria nacionalmente.

A expansão de entidades sindicais, a crescente mobilização popular da qual a fundação de uma frente popular democrática, a Aliança Nacional Libertadora (ALN) dirigida pelo Partido Comunista é expressão, reunindo 400.000 membros são um indicativo da pressão para a ampliação dos direitos sociais na Constituição de 1934.

Os direitos trabalhistas inscritos na Constituição são: legislação trabalhista; proibição de diferença de salário para o mesmo trabalho; salário mínimo; jornada diária de oito horas de trabalho; proibição do trabalho de menores de 14 anos, do trabalho noturno para menores de 16 anos, do trabalho insalubre para menores de 18 anos e mulheres; repouso remunerado; férias anuais remuneradas; indenização por dispensa de trabalho sem justa causa; regulamentação especial para o trabalho agrícola; domínio do solo após dez anos de ocupação da terra (garantidos dez hectares); amparo aos desvalidos estimular a educação eugênica; amparo à maternidade e à infância; atendimento a famílias com prole numerosa; direito à educação primária integral e gratuita. (COUTO, 2004)

Alguns anos depois, em 1943, surge a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A mesma sistematizou a estrutura sindical⁵³ de recorte antiliberal, a qual combinou paternalismo estatal e fascismo, simbiose que foi a essência do Estado Novo (1937-45). Contudo neste cenário é importante perceber que o controle do Estado sobre as reivindicações também tem em conta a crescente difusão e expansão do comunismo na década de 1930, contra a qual se justificava o autoritarismo estatal, cujo exemplo mais emblemático foi o fantasioso plano

⁵³ Em relação a estrutura sindical brasileira existem estudos que podem ser consultados, tais como: Simão; Costa.

Cohen⁵⁴ que justificou o golpe do Estado novo e a outorga da Constituição de 1937.

Nesta Constituição os “direitos” trabalhistas previstos são: proibição de diferença de salário para o mesmo trabalho; proibição do trabalho de menores de 14 anos, do trabalho noturno para menores de 16 anos, do trabalho insalubre para menores de 18 anos e mulheres; repouso remunerado; férias anuais remuneradas; indenização por dispensa de trabalho sem justa causa; necessidade de reconhecimento do sindicato pelo Estado; greve considerada anti-social e nociva (COUTO, 2004).

A nova carta além de tornar necessário o reconhecimento do Sindicato pelo Estado, centraliza o poder, suprime o federalismo e substituí os governadores por interventores, proíbe a greve, pois a considera uma medida anti-social. Em resumo, a era Vargas significou a modernização do país e ampliação da rede burocrática estatal centralizada (técnico-burocrática) à qual o sindicato estava vinculado. Fez uso do populismo (paternalista) ao transformar os direitos em dádiva do poder autoritário e articular consenso e coerção.

Este período é denominado de “modernização conservadora” que se caracteriza pela intervenção do Estado na organização dos trabalhadores, direitos e economia via incentivos ao sistema de crédito, protecionismo cambial, controle de preços, incentivos fiscais e tributários e contenção de salários, além da criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Companhia Vale do Rio Doce.

No que refere-se a industrialização em Caxias do Sul, no período da Segunda Guerra (1939-45) o impacto foi:

Caxias participou do esforço de guerra através das indústrias metalúrgicas Abramo Eberle e Gazzola. Com a guerra há na economia regional um esforço de substituição de importações. Várias empresas passam a produzir para reposição de peças de máquinas e veículos, acelerando a tendência regional para a metalurgia (GIRON e BERGAMASCHI, 2001, p. 151).

⁵⁴ “Sob o pretexto do ‘perigo comunista’ armou-se na manhã de 27 de setembro de 1937, na sala do Ministro da Guerra, o cenário propício para a implantação definitiva da ditadura. Presentes à reunião estavam Eurico Dutra, Pedro Aurélio de Góis Monteiro (chefe do Estado Maior do Exército), Almério de Moura (comandante da 1ª. Região Militar), José Antônio Coelho Neto (diretor da Aviação), Newton Cavalcanti (comandante da 1ª. Brigada de Infantaria) e o Capitão Filinto Müller (chefe de polícia do Distrito Federal). [...] No dia 30 de setembro foi apresentado pelo governo o “Plano Cohen”, documento forjado pelo Exército, o qual fazia referência à eminência de um plano elaborado pela internacional Comunista para a tomada do poder no Brasil. Estava dado o argumento para o cancelamento das eleições previstas para o início de 1938 e para os interesses de Vargas continuar à frente do governo.[...] O Estado Novo instalou-se no Brasil em 10 de novembro de 1937, através de uma Constituição outorgada por um golpe de Estado que manteve Getúlio Vargas no poder” (KONRAD, 2006 p. 35-36).

A ditadura getulista neste período fez uso de propaganda oficial do governo via Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)⁵⁵ quando evidenciava o mito de “pai dos pobres” para a sua legitimação, aliado a campanha anticomunista e controle através de censura de toda a imprensa e meios de comunicação. Com a finalidade de romper com a estrutura sindical vertical, assegurar a liberdade sindical, acabar com o DIP em 1945 é criado o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT).

A Segunda Guerra Mundial favorece as manifestações de oposição ao autoritarismo, diante da contradição gerada pela participação do Brasil na guerra, lutando contra o fascismo enquanto internamente o regime inspirava-se nele. A isto se soma a luta originária da contradição de classe. Somente em 1945 houveram 365 greves no país, a despeito da busca de cooptação dos trabalhadores e do movimento sindical, contexto este que viabilizaria o golpe desencadeado pelos militares, no final de 1945.

Com a deposição de Vargas assume o general Eurico Gaspar Dutra, que surge em termos políticos e econômicos do anseio de liberdade pós-vitória dos “países aliados” na II Guerra Mundial. O seu governo realizou um planejamento (plano SALTE – saúde, alimentação, transporte e energia) para desenvolver setores básicos a fim de melhorar o nível de vida da população. O plano fracassou, mas foi importante por ter incorporado no campo do planejamento políticas com viés econômico e social. Neste período o Brasil passa a ter uma nova Constituição (1946) na qual são restabelecidos o regime liberal e a democracia representativa.

Os direitos relacionados ao trabalho, presentes na Constituição de 1946, são: salário mínimo para satisfazer as necessidades dos trabalhadores e de sua família; jornada diária de oito horas de trabalho; proibição de salário desigual para o mesmo trabalho por motivo de sexo, nacionalidade estado civil; salário de trabalho noturno superior ao do diurno; participação dos trabalhadores nos lucros da empresa; higiene e segurança no trabalho; proibição do trabalho de menores de 14 anos e de mulheres e menores de 18 anos em indústrias insalubres; direito da gestante de descanso ante e depois do parto; estabilidade de emprego e indenização na dispensa do trabalhador urbano e rural; convenção coletiva do trabalho; assistência aos desempregados; previdência com atribuição aos trabalhadores, dos empregados da União; seguro para acidente de trabalho; reconhecimento do direito de greve; educação primária gratuita e obrigatória; empresas industriais comerciais e agrícolas com

⁵⁵ O qual é derivado do Departamento Oficial de Propaganda (DOP) criado ainda em 1931 e, remodelado em 1934, com o nome de Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural que iniciou a difusão da “Hora do Brasil”.

mais de 100 empregados são obrigadas a manter ensino primário e de aprendizagem de trabalho; repouso semanal remunerado; férias anuais e remuneradas; indenização por dispensa do trabalho sem justa causa; assistência à maternidade, à infância e à adolescência (COUTO, 2004).

No concernente ao aspecto social, a Constituição 1946, não representou um grande progresso, embora tenha integrado definitivamente a Justiça do Trabalho ao poder judiciário, a participação dos trabalhadores no lucro das empresas e instituído o direito de greve, mas que careceu de regulamentação da legislação ordinária.

A redemocratização do país a partir da vitória sobre o nazismo e o papel desempenhado pelos soviéticos contribuiu para o fortalecimento do comunismo e a expansão destas idéias. Aqui no país a volta de um ambiente democrático após a queda de Getúlio Vargas, a legalização do Partido Comunista do Brasil (PCB) e o ressurgimento do movimento sindical que havia sido esvaziado no período do Estado Novo contribuem para criar um ambiente favorável à ampliação da influencia das idéias comunistas. Os Comunistas organizam em setembro de 1946, o Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil no Rio de Janeiro com a presença de 2.400 delegados entre os quais diversos representantes de Caxias do Sul. O mesmo criou a Confederação Geral dos Trabalhadores.

Mas, também se constata a presença expressiva das idéias fascistas⁵⁶ e, mais especificamente, do integralismo, na zona de colonização italiana (ZCI) ocorrendo não apenas pela simpatia de muitos descendentes de italianos pelo fascismo. A adesão de parte significativa da elite industrial a este movimento político relaciona-se também ao grande crescimento do número de operários e ao perigo que, segundo a burguesia, o proletariado e o comunismo poderiam representar (PILETTI, 2005).

Entretanto a democracia teve um período efêmero, pois o governo de Dutra adotou uma política repressiva às demandas dos trabalhadores intervindo nos sindicatos, suspendendo suas eleições e determinando a ilegalidade do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1947. Portanto a vida legal do partido ficou circunscrita a um curto período e proibiu a existência do MUT.

Esta política repressiva também se manifestou no sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul, uma vez que em 9 de outubro de 1948, através de uma portaria Ministerial foi

⁵⁶ Ver: GIRON, Loraine Slomp. *As sombras do Littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Parlanda, 1994 e BRANDALISE, Carla. *O fascismo na periferia latino-americana: o paradoxo da implantação do integralismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, UFRGS, 1992 (Dissertação de mestrado).

destituído o presidente e nomeado uma junta governativa para presidir o sindicato. (CARVALHO 2003)

Durante este curto espaço de tempo de democracia, a opção política adotada pela direção do Partido Comunista priorizou a lógica de ação geral, pregando a “União Nacional”, e portanto que a base sindical evitasse agitações e greves que pudessem tumultuar o quadro político e prejudicar a democratização do país. Naturalmente, essa política frequentemente contrariava os interesses mais imediatos dos trabalhadores, e isso colocou a base comunista num dilema: respeitar a direção partidária ou agir nos sindicatos de maneira diferente daquela recomendada pelo partido. A segunda opção teria sido a escolhida pela maioria dos militantes comunistas nos sindicatos, e estes passaram a apoiar e mesmo organizar movimentos grevistas como é o caso de Caxias do Sul na qual a participação sindical era considerada muito importante. (PILETTI, 2005)

Em 1950, houve novas eleições presidenciais e Vargas obtém a vitória e, prossegue adotando a sistemática de aproximação com o trabalhador combinado com o intervencionismo estatal na economia via criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), criação da Petrobrás e o disciplinamento da remessa de lucros para o exterior. Esta política adotada pelo governo sofre acentuada oposição de setores militares, da União Democrática Nacional (UDN), partido da burguesia financeira urbana e dos grupos ligado ao capital internacional defensores do liberalismo econômico.

No período de 1951 a 1954 houve diversas greves e movimentos no país os quais além de cunho reivindicatório econômico também tiveram objetivos políticos como liberdade sindical, campanha pela criação da Petrobrás, em defesa das riquezas nacionais, contra a presença imperialista além da luta por aumento de salários que resultou na medida estabelecendo o aumento de 100% do salário mínimo. Isto fez com que crescesse a oposição da burguesia nacional, que acusava o então presidente de pretender instalar uma república sindicalista.

Diante das pressões de setores das elites a sua política, acentuada pelo atentado ao líder opositor da UDN, Carlos Lacerda que “incrimina” o presidente, as oposições principalmente, de dentro das forças armadas, se articulam exigindo a renúncia. Perante a iminência de um golpe ocorre o suicídio de Vargas.

2.4. A Abertura da economia ao capital internacional

A morte de Vargas marca o início de uma etapa em que ocorre a abertura da economia ao capital estrangeiro, a adoção de uma política de concessão de privilégios particularmente a indústria de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodoméstico etc.). O ônus desta política econômico-financeira foi à inflação. Esta política de desenvolvimento, expressa no Plano de Metas, com vistas a acelerar o processo de industrialização somente foi viabilizada devido às realizações de Vargas como a Companhia Siderúrgica Nacional e a Petrobrás.

O Plano de Metas de Juscelino Kubitschek é considerado o primeiro plano global de desenvolvimento da economia nacional, cujo principal objetivo era melhorar as condições de infra-estrutura para o desenvolvimento da indústria de transformação. As principais medidas adotadas foram: a implementação da indústria automobilística; a expansão das usinas hidrelétricas; a abertura de novas rodovias; a expansão da indústria de aço; a instalação da indústria de construção naval. Em resumo o Estado investiu na infra-estrutura necessária à viabilização do projeto que se baseava na vinda do capital estrangeiro para o país.

A partir de Kubitschek (1956-1961) o desenvolvimentismo adotado pela classe dominante entende necessário o investimento estrangeiro e como provisória a dependência externa, devido a necessidade de equipamentos, tecnologia e financiamento para superar a condição de “nação periférica”.

É neste período, mais precisamente em 30 de abril de 1957 que é fundada a Associação das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Material Elétrico de Caxias do Sul, a qual foi induzida pelo movimento dos trabalhadores. “A criação dos sindicatos patronais, por outro lado, tornou-se necessária, visto que o movimento reivindicatório dos operários desses setores fazia-se sentir com grande intensidade. De certa forma, os movimentos operários é que induziram os patrões a se sindicalizarem” (GIRON e BERGAMASCHI, 2001, p. 151).

As eleições presidenciais elegem Jânio Quadros que assume em 1961 com um discurso em defesa dos bons costumes e da moralização administrativa. Porém na política externa adotou uma linha independente ao apoiar Cuba e China, e condecorar o líder revolucionário “Che” Guevara no auge da “guerra fria”.

Em maio de 1961, a cidade de Caxias do Sul foi sede de uma conferência do Líder comunista Luiz Carlos Preste, a convite do dirigente sindical metalúrgico Bruno Segala.

Entretanto a mesma foi objeto de protesto, realizado pelos estudantes das escolas católicas que haviam sido dispensados pelos religiosos para participar de ato contrário a presença de Prestes em frente ao local da conferência (CARVALHO, 2003).

O presidente, Jânio Quadros, no curto espaço de tempo em que governou, pois renunciou antes de completar sete meses de gestão, combateu a inflação através da restrição de crédito e congelamento de salários. No aspecto financeiro desvalorizou a moeda e eliminou os subsídios para determinadas importações. A saída de Quadros provocou a tentativa de militares conservadores e políticos udenistas de impedir a posse do vice-presidente João Goulart considerado herdeiro do populismo getulista.

A crise política foi superada com a adoção do parlamentarismo⁵⁷ que durou de 1961 a 1963, quando foi abolido por um plebiscito. A partir do restabelecimento do presidencialismo Goulart implementou medidas como o monopólio estatal sobre as importações do petróleo e nacionalização das refinarias; o controle das remessas de lucros ao exterior; decretou a desapropriação de propriedade com mais de 100 hectares numa faixa de 10 quilômetros ao longo das ferrovias e rodovias para fins de reforma agrária e a criação do 13º salário para os trabalhadores medidas que contaram com apoio dos trabalhadores.

Em 1963, mais precisamente no mês de junho os trabalhadores metalúrgicos de Caxias do Sul deflagram uma greve e realizam passeatas. Delas participaram “8 mil trabalhadores, cerca de 95% da categoria, tomaram a Rua Sinimbu para reivindicar melhores condições trabalho, melhores salários e ação de parte do governo. Caxias parou durante dois dias” (CARVALHO, 2003).

Temendo o populismo e o movimento dos trabalhadores brasileiros que poderia conduzir à contestação do próprio sistema a elite conservadora passa a desenvolver ações políticas para substituir o governo. Para tal usa recursos financeiros do capitalismo-americano, conta com apoio diplomático destes para pressionar o governo além da atuação de agentes secretos, isto tudo com o respaldo do Alto Comando Militar brasileiro, e apoio de parte da imprensa.

Houve assim um acirramento de pressões sobre o reformismo nacionalista e social do governo Goulart, de um lado pelos setores populares especialmente sindicais e de outro pelos conservadores. Desta disputa emerge a instabilidade política que contribui para o golpe militar inaugurando no país uma fase repressiva.

⁵⁷ No parlamentarismo o presidente tem a atribuição de chefe de Estado, funções protocolares sem o poder de governar. O chefe de governo é o primeiro-ministro, indicado pelo presidente e aprovado pelo parlamento.

O golpe de 64 foi um movimento articulado e previamente preparado. Revestiu-se de grande organização (vide criação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPES e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD), bem como, refletiu a conjuntura internacional da guerra fria. Os atos institucionais decretados pelo governo Castelo Branco são a expressão jurídica do sistema centralizador e repressivo instalado em 1964.

O regime ditatorial praticamente manteve a estrutura sindical originária do período getulista. Pois a CLT determina em seu artigo 514 como dever dos sindicatos colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social; manter os serviços de assistência judiciária para os associados; promover a consolidação nos dissídios de trabalho. A evidência do caráter burocrático do sindicato e o papel de administrador de seus diretores, a partir da adoção de uma série de medidas legais pós-64, busca despolitizar as entidades e suas ações.

A proibição de atividades política evidencia que o sindicato não foi concebido nem organizado para permitir a ‘produção da consciência proletária’; pelo contrário, é a sua negação [...] a liberdade ou autonomia sindical, sujeita-se não aos interesses individuais ou de categoria profissional que representa, mas aos do Estado (MARTINS, 1989, p. 96-97).

Desta forma foram justificadas as intervenções realizadas nos Sindicatos e a suspensão dos direitos políticos de diversos dirigentes a partir de 1964.

Em relação ao Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias, consta o seguinte na ata de intervenção no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul: ‘Às dezesseis (16) horas do dia nove (9) de abril de 1964, na sede do sindicato, sita à rua Pinheiro Machado, nº 1653, o Ministério da Guerra empossa o general Itacyr Rosa Cruz para interventor da entidade.’ Com a autorização de administrar o sindicato, o interventor declara extinto os mandatos de toda a diretoria, de seus delegados e representantes junto a qualquer entidade, até findar o objetivo da intervenção. (CARVALHO, 2003, p. 28-29).

Neste dia, o presidente Bruno Segalla, juntamente com Armin Damian, secretário, e Alcides Zatera, tesoureiro, e outros membros da diretoria, foram presos. Também receberam voz de prisão o advogado e funcionário do sindicato, Percy Vargas de Abreu e Lima, e outros como o médico Henrique Ordovás e o ex-sindicalista Júlio Pedro Furlan, amigos de Segalla. (CARVALHO, 2003).

Entre os anos de 1964 e 1965 houveram 383 intervenções em sindicatos, 45 em federações e 4 em confederações. Já no período compreendido entre 1965 e 1970 o número de intervenções foram em 100 sindicatos e 4 federações. Alia-se a isto a normatização do direito a greve pela lei nº 4.330/64 que burocratizou o processo de deflagração praticamente inviabilizando-a. As paralisações que ocorriam sempre eram por empresa e o motivo era o atraso de pagamento. O caso de greve intersetorial foi a greve de Osasco, em julho de 1968

que tinha como foco a luta contra o arrocho salarial, o FGTS, a lei antigreve e a “ditadura dos patrões”⁵⁸.

Entre as medidas iniciais adotadas pelo primeiro governo golpista se destacam: a revogação da nacionalização das refinarias de petróleo e das desapropriações de terras; a cassação e suspensão dos direitos políticos de 378 pessoas, entre elas de três ex-presidentes, Kubitschek, Quadros e Goulart, 6 governadores e 55 membros do Congresso Nacional; a demissão de 10 mil funcionários públicos; a instalação de 5 mil inquéritos contra 40 mil pessoas e rompimento de relações diplomáticas com Cuba. O Ato institucional nº 4 transformou o Congresso Nacional em Assembléia Constituinte originando a Constituição brasileira de 1967. A mesma proibiu a greve em serviço público e serviços essenciais. (COUTO, 2004).

Quanto à visão do exterior em relação ao primeiro governo militar (marechal Castelo Branco) nada melhor para elucidá-la que um texto da revista britânica.

Com certa concentração de poderes em suas mãos, Castelo Branco sustentou-se nos ‘atos institucionais’ e, algumas vezes governando por decretos, privou de seus direitos políticos mais de 3000 dirigentes civis brasileiros pertencentes a quase todos os setores de atividade do país[...] O marechal, que presidiu a redação da nova Constituição, reestruturou com grande rigor o sistema de arrecadação de impostos — diminuindo o número dos que sonegavam impostos—, reduziu as atividades políticas a dois únicos partidos e arquivou mais de 200 planos sobre a reforma agrária [...] Com Castelo Branco, a reconstrução política e econômica adquiriu uma base mais firme e mais realista, embora menos eufórica, mas com círculos financeiros e econômicos internacionais recuperando a confiança que haviam perdido no país [...] (The Economist, 11 de agosto de 1967).

A Constituição centralizou o poder político e a administração em detrimento do federalismo e praticamente eliminou a participação popular nos mecanismos decisório. É importante resgatar que o ano de 1968, no Brasil, como no restante do mundo ocidental, foi um momento de contestações. Os ventos de insatisfação e contestação propagavam-se semeando manifestações de vulto na França, Estados Unidos e Brasil. Os contemporâneos de Fidel Castro, Che Guevara, Mão Tse-Tung e Ho Chi Minh lutavam para implantar a utopia socialista. Acreditavam que o capitalismo havia chegado ao impasse. Aqui no país a aspiração por transformações sociais necessitava transpor o regime militar, cujo caráter autoritário refletia a sua falta de hegemonia na sociedade.

Em 1968 houveram 25 greves no país e o número de vítimas do terror oficial foi de 11 brasileiros. Os militares perseguiram, prendiam, torturavam os opositores, restando apenas à esquerda a opção pela luta armada como a guerrilha do Araguaia organizada pelo Partido

⁵⁸ A este respeito ler Weffort em Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco 1968, São Paulo, CEBRAP, 1972.

Comunista do Brasil (PCdoB) e grupos como a Aliança Libertadora Nacional (ALN), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8), e Vanguarda Revolucionária Palmares (VAR-Palmares).

A partir de 1964 houveram intervenções nos sindicatos, e o fechamento da União Nacional dos Estudantes (UNE), e em 1969 foi promulgada a nova Constituição, que incorpora os atos institucionais. A falta de democracia e direitos civis era minimizada através da expansão dos direitos sociais e desempenho da economia, o chamado “milagre econômico”, quando o Produto Interno Bruto crescia cerca de 10% ao ano. A política econômica (ideologia da modernização) adotada previa a concessão de facilidades, como incentivos fiscais e desvalorização da moeda em relação ao dólar as empresas exportadoras do setor de calçados, televisores, máquinas e automóveis.

Neste período o governo ampliou e fortaleceu seu controle sobre a economia especialmente onde os empresários não tinham interesse em investir e fossem considerados importantes para a economia. Entretanto esta política aprofundou a concentração de renda no país e deixa como marca o endividamento que saltou de 1,5 bilhões de dólares em 1964 para 90 bilhões em 1985.

Com o objetivo de atuar não apenas pela coerção, isto é, via o uso da força, o governo montou uma máquina de propaganda exaltando o “milagre” e utilizando expressões ufanistas como, “Ninguém segura este país”, “Brasil: ame-o ou deixe-o”, “Eu te amo meu Brasil” contribuindo para isso a conquista do Tri-campeonato mundial de futebol. Aliado a isto, objetivando a cooptação da classe média, implementou a expansão do ensino superior via sua “paroquialização”, isto é, instituições privadas, isoladas de caráter provinciano, satisfazendo a crença de conquista de melhores posições materiais e/ou simbólicas via ensino. Claro que isto ocorre também em razão da existência de oportunidade de emprego viabilizado pelo crescimento econômico, além de ter seu padrão de consumo se elevado e sofisticado devido a expansão do crédito ao consumidor.

2.5 A crise de acumulação dos anos 1980

No final dos anos 1960, o capitalismo, após um ciclo expansivo de crescimento iniciado na década de 1940 entra em crise de acumulação a qual segundo a análise do ganhador do prêmio Nobel da economia de 1974, Hayek, está localizada no excessivo poder

do movimento sindical que havia corroído as bases da acumulação capitalista através das reivindicações de salário e para que o Estado aumentasse cada vez mais os “gastos sociais” daí a alteração do papel do Estado e a necessidade de fragilizar o movimento sindical. (ANDERSON, 1995).

Os traços característicos da crise nos países capitalistas avançados são: a redução dos níveis de produtividade do capital dada pela tendência decrescente da taxa de lucro em razão do aumento do preço da força de trabalho; o esgotamento do padrão de acumulação taylorista-fordista⁵⁹ de produção; o aumento da esfera financeira e sua relativa autonomia em relação ao capital produtivo; à crescente concentração de capitais a partir das fusões; a crise do “Estado do Bem-Estar Social” e a necessidade de retração dos gastos públicos devido à crise fiscal; o incremento das privatizações e as desregulamentações; a tendência à flexibilização do processo de produção, dos mercados e da força de trabalho (ANTUNES, 1999).

Como parte do processo de enfrentamento à crise, ocorre o complexo de reestruturação da produção e do trabalho para dotar o capital de instrumentos para recompor a taxa de expansão como decorrência da própria concorrência intercapitalista e a necessidade de controlar as lutas sociais. Estes avanços no processo produtivo ocorrem com novas tecnologias e o modelo toyotista⁶⁰ de organização e gestão do trabalho, a chamada terceira revolução industrial.

Estas mutações no mundo do trabalho decorrem da necessidade de competitividade guiada pela lógica do mercado em razão da concorrência intercapitalista e busca controlar as lutas sociais em meio a globalização neoliberal. “[...] surge como ofensiva do capital na produção, debilitando a classe, não apenas no seu aspecto objetivo, com a constituição de um novo (e precário) mundo do trabalho, mas principalmente no subjetivo” (ALVES, 2005, p. 09).

A isto, a política econômica de recorte neoliberal articula a reforma do Estado na qual preconizam o mercado como principal instância reguladora das relações sociais. A decorrência disto é a supressão da intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais enquanto direito. A justificativa teórica é que a liberdade econômica constitui o requisito prévio de qualquer outra liberdade, sendo a defesa do livre mercado baseada no pressuposto da liberdade civil e política. A conseqüência é o combate aos entraves inibidores das forças do

⁵⁹ O taylorismo é baseado na separação das funções de concepção e planejamento das de execução com fragmentação das tarefas além do controle de tempo e movimento. O fordismo fundamenta-se na linha de montagem acoplada à esteira evitando o deslocamento dos trabalhadores, tornando o trabalho repetitivo, parcelado e monótono.

⁶⁰ O toyotismo (ou ohnismo, de Ohno, engenheiro que criou na fábrica Toyota) é uma forma de organização do trabalho surgida no Japão pós-45 (ANTUNES, 1999).

mercado decorrentes da ação do Estado, dos sindicatos e dos gastos sociais. Para os mesmos é admissível e não há contradição entre a liberdade econômica de mercado e regime político ditatorial. Apenas para exemplificar, é oportuno lembrar o Chile dos anos 1970 de Pinochet, cuja ditadura foi pioneira na aplicação de uma economia de recorte teórico neoliberal que como vento minuíano esprou-se na América latina.

A resposta à crise estrutural da década de 70 do século XX, criou as condições de aplicação dos princípios econômicos e políticos de recorte neoliberal, vivenciando-se a partir de então a hegemonia do inverso a partir da desregulamentação econômica, desuniversalização dos direitos, desestatização e desnacionalização. Uma vez que responsabilizam também o Estado Keynesiano pela crise de acumulação, o qual advoga a intervenção do Estado na economia a fim de regular as relações entre capital e trabalho propondo para o mesmo um papel ativo não somente na economia, mas também em programas sociais, buscando conjugar eficiência econômica, garantia de seguridade social, regulação geral de salário e liberdade individual (COUTO, 2004).

A política econômica de viés neoliberal considera a esfera do mercado a da liberdade e a do Estado a da coação, sendo que para os liberais o principal instrumento para o desenvolvimento é a livre movimentação das forças de mercado. Assim, não é de se admirar que o planejamento é identificado com o totalitarismo ou socialismo, pois os liberais negam a existência de interesse coletivo, uma vez que o mesmo conduz à limitação social da propriedade privada considerada a mais importante garantia da liberdade. O social, nesta perspectiva, é entendido como mera soma dos interesses individuais.

Na lógica da teoria neoliberal, o enfrentamento das desigualdades, via intervenção do Estado, é considerado indesejável, pois o enorme custo incidirá diretamente sobre o lucro e também reforçará a tese de abandono do mundo produtivo, uma vez que os trabalhadores preferirão o benefício estatal ao trabalho [...] As políticas sociais retomam seu caráter liberal residual; a questão dos direitos volta a ser pensada na órbita dos civis e políticos, deixando os sociais para a caridade da sociedade e para a ação focalizada do Estado (COUTO, 2004, p.69-70).

Com base neste conjunto de idéias, é possível compreender a defesa realizada da desregulamentação de direitos, cortes dos gastos sociais e flexibilização do mercado de trabalho. Estas medidas são adotadas tendo a justificativa de enfrentar a crise do Estado e sua necessidade imperiosa diante da competitividade de um mercado globalizado a fim de possibilitar a geração de empregos e integração social.

Mas como o “vôo da coruja”, que reconhece a realidade do mundo quando o dia esta terminando, este processo é impulsionado no Brasil a partir dos anos de 1990. Isto ocorre, mesmo que a disputa pelo poder seja em nível nacional, mas com seus atores e suas

expectativas se construindo dentro de horizontes culturais, ideológicos e informativos internacionais (FIORI, 2003).

No Brasil, a partir do governo Collor, nos anos 90, a política neoliberal impulsionou maior integração do capitalismo brasileiro à mundialização do capital. É a partir desse momento que presenciamos um salto qualitativo no processo de reestruturação produtiva, que atinge os principais pólos industriais do país, onde se localizam os núcleos do sindicalismo de classe (ALVES, 2005, p. 09-10).

Existe uma assimetria deste processo mais geral em alguns países em relação ao Brasil. Afinal no país nos anos 1970, também se manifestava a crise através da inflação que atinge 200%, crescimento da dívida interna e externa, elevação do índice de desemprego que atinge 20% da mão-de-obra ativa, na recessão. A diferença fundamental era a conjuntura política, isto é, a ditadura militar havia criado um Estado burocrático forte e expandido mesmo que limitadamente alguns direitos sociais. A falta de direitos civis e políticos, aliada ao modelo econômico concentrador de renda, contribui para reunir a oposição no partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que sistematicamente amplia sua base política. Ganha força na oposição a proposta de democratização do país nas suas decisões políticas, econômicas e sociais.

Em março de 1979, metalúrgicos do ABC, região da Grande São Paulo, entram em greve (180 mil operários) que na seqüência expande-se chegando a mobilizar 330 mil operários durante 41 dias (1981). A UNE é reorganizada, cria-se a Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat) e Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983, ocorre a aprovação da lei da Anistia possibilitando o retorno dos exilados e a liberação dos presos políticos. E, em 1981 é organizado o Partido dos Trabalhadores (PT).

Ao longo da década de 1980 ocorrem quatro greves gerais no país. A primeira delas, em julho de 1983 protestando contra o decreto que alterava a política salarial e a deposição de diretorias sindicais que atuavam organizando movimentos paredistas. A segunda realizada em dezembro de 1986 em protesto contra o Plano Cruzado II e não pagamento da dívida externa. A terceira greve, um protesto contra a implantação do Plano Bresser que alterava a política salarial. E, em 1987 a ênfase foram as palavras-de-ordem democráticas e populares. Finalmente houve a paralisação em março de 1989, contra o plano de Verão que alterava a indexação dos salários.

Toda esta efervescência do movimento sindical também ocorre em Caxias do Sul, que combina a luta econômica com a luta democrática, conforme evidência o material distribuído pelo Sindicato aos trabalhadores.

Basta de fome! Basta de arrocho! Basta de desemprego! Fé no trabalhador e pau no patrão. Essas eram as chamadas no panfleto que convocava os metalúrgicos de

Caxias para a assembléia do dissídio de 1984. E havia a comparação das altas dos preços dos gêneros de primeira necessidade no período de 1983 a 1984: açúcar 297%; banha de porco 9.097%; feijão 521%; leite 323%, entre outros. Este mesmo panfleto noticiava a greve que havia ocorrido na empresa Madal, que estava com o pagamento atrasado desde janeiro. Segundo o impresso, ‘a unidade foi o ponto forte da greve e fez o patrão estremecer diante da união dos companheiros’. A empresa pagou os meses de janeiro e fevereiro e se comprometeu em regularizar a situação, o que, de fato, acabou acontecendo. O tal panfleto convocatório para o dissídio também chamava para o grande comício das ‘Diretas Já’, às 18h, do dia 24 de abril de 1984, na Praça Rui Barbosa (CARVALHO, 2003, p. 40).

O ambiente macroeconômico era favorável a estas ações sindicais neste período (1983 e 1989), pois as taxas de desemprego variavam de 2,9 a 4% ao mês, aumentando o poder de barganha dos trabalhadores em uma realidade de taxas crescentes de inflação. Ao mesmo tempo em que as relações de trabalho eram autoritárias, expressas na gerência despótica e predatória ao recorrer aos baixos salários, altas taxas de rotatividade e uso de horas extras. (CARDOSO, 2003) Em suma: “A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levantam sobre ela [...] também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos determina sua forma, como fator predominante” (CARTA DE ENGELS A BLOCH, Apud BORGES, 1988, p. 41).

Parcela importante do movimento sindical se articulava com o processo de luta pela democratização do país. Em 1984 estava em curso no país a campanha das Diretas-já⁶¹ responsável pelas maiores manifestações populares da história do país, mas derrotada na votação no Congresso Nacional, tornando necessária a articulação das oposições e a busca de atração de setores descontentes da base governista para a disputa no colégio eleitoral. Assim em 1985 a oposição consegue eleger seu candidato Tancredo Neves que falece antes da posse assumindo seu vice José Sarney dando início à transição para a democracia e a edição do plano cruzado.

Em meio a este contexto nacional é deflagrado o movimento grevista de 1985 e 1986 dos trabalhadores metalúrgicos de Caxias do Sul,

[...] ‘A greve começou na Eberle São Ciro e veio em caminhada pela BR 116 até o Parque Getúlio Vargas, também conhecido como Parque dos Macaquinhos’ [...] Já em 1986, as negociações foram mais truncadas, os empresários estavam mais organizados. Isso devido às greves do ano anterior. Desta vez, o grande confronto foi na Randon. Na entrega da pauta de reivindicações, os empresários não queriam negociar, nem mesmo receber as comissões de fábrica. Em seguida, queriam limitar o número de negociadores. A Randon parou. Houve confronto com a polícia. Logo depois várias empresas também pararam. A greve refletiu em Farroupilha, onde as empresas Tramontina e Soprano também pararam suas atividades. Em decorrência dessas paralisações, houve a negociação (CARVALHO, 2003, p. 42).

⁶¹ Proposta de emenda Constitucional restabelecendo as eleições diretas para presidente.

A Constituição “cidadã” de 1988 emerge desta realidade de intensa ação coletiva na qual os sindicatos desempenharam importante papel. Entre as garantias Constitucionais destacam-se a liberdade e autonomia sindical e o direito de greve além da criação do sistema único de saúde (SUS); redução da jornada de trabalho; extensão dos direitos a empregados domésticos; prioridade ao ensino fundamental; benefício de um salário mínimo a idosos e deficiente; instituição do direito a proteção da família, da maternidade, da infância, da adolescência e da velhice; equiparação dos direitos entre urbano e rural e ampliação do conceito de seguridade social – previdência, saúde e assistência (COUTO, 2004). A eles devem ser acrescidos os direitos civis como o de liberdade de expressão, o direito de ir e vir, de associação entre outros. Por sua vez quanto aos direitos políticos, por exemplo, é assegurada a soberania popular através do sufrágio universal e assegurado a livre criação de partidos políticos. Portanto inicia-se uma nova era em que os direitos são conquistas decorrentes da ação coletiva e em especial da ação sindical.

Quanto ao direito de greve assegurado na Constituição cabe lembrar que o mesmo refletia a opinião de ampla maioria da sociedade na época. Conforme pesquisa do Datafolha numa amostra e 5.191 eleitores entrevistados em dez regiões metropolitanas 64% manifestaram-se favoráveis ao direito de greve inclusive nos denominados “serviços essenciais”, isto é bancos, hospitais, serviços de transportes etc. Neste período, mais precisamente em 1990, o Instituto Brasileiro de opinião Pública e Estatística (IBOPE) auferiu junto a uma amostra de 3.650 eleitores brasileiros a opinião quanto aos sindicatos e constatou que 56% dos pesquisados classificaram os mesmos como confiáveis (CARDOSO, 2003).

Contudo esta situação começa a ser revertida no país a partir da década de 1990, sendo importante para isto a vitória de Collor de Melo nas eleições presidenciais dando início no Brasil a aplicação da política econômica de recorte neoliberal, posteriormente consolidada nos dois mandatos subseqüentes de Fernando Henrique Cardoso. A partir de então, ocorreu no país uma adaptação passiva não às tendências reais da economia mundial mas na versão construída para consumo em países como o Brasil. Conforme Soares (2000), a partir de uma profunda e prolongada crise econômica passa-se a questionar, na América Latina, a presença do Estado como instância corretiva na distribuição de renda. Ataca-se a ineficiência do Estado e defende-se a inutilidade dos impostos. O reflexo disso, é o atual movimento pela redução da carga tributária realizada através da televisão, nos abaixo assinados e mesmo em atos públicos ocorridos em diversos municípios brasileiros durante o ano de 2006. Fatos estes que ocorrem, mesmo sabendo-se que países com índices mais acelerados de desenvolvimento como os do

leste-asiático, mantém um grau elevado de intervenção e planejamento estatal nas suas economias.

Esta fórmula aparentemente neutra que propõe menos Estado e mais mercado oculta um programa de distribuição de renda e poder que favorece os monopólios, pois não existe uma economia de mercado perfeita. Como parte deste processo é que se situa a defesa da reforma da legislação trabalhista, sindical, tributária cujos projetos encontram-se no Congresso Nacional e a pressão para que prossigam as privatizações. Com relação a esse processo de vendas das estatais, Aloysio Biondi (2000) demonstrou na publicação “O Brasil Privatizado” que o desmonte do Estado brasileiro foi financiado pelo governo. São vários os exemplos que fundamentam esta afirmativa, apenas para ilustrar será citada a comercialização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). A mesma foi vendida por 1,05 bilhões de reais, dos quais 1,01 bilhão em “moedas podres”⁶² adquiridas, junto pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social com financiamento de 12 anos.

⁶² “Denominação dada aos títulos da dívida pública de longo prazo não pagos no vencimento [...] e aceitos pelo seu valor de face nos processos de privatização, sendo seu valor de mercado bem inferior àquele.”(SANDRONI,2003,P.408)

3 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E MOVIMENTO SINDICAL

Este capítulo, tem como ênfase as transformações atuais no mundo do trabalho com a implementação de novas tecnologias, “terceira onda de inovações”, e padrões de organização e gestão da força de trabalho. Este processo efetivamente ocorre em Caxias do Sul de forma expressiva a partir dos anos de 1990.

A reestruturação produtiva no contexto das indústrias de transformação relacionadas ao setor metal-mecânico, elétrico e de material de transporte em Caxias do Sul iniciou-se na década de 80 e ganhou expressividade na década de 90, tendo por base três estágios de orientação: mudanças no padrão tecnológico, mudanças no padrão organizacional e mudanças no padrão de gestão (PERUZZO, 2004, p. 107).

As mutações contemporâneas referidas possuem diversas repercussões, entre as quais: a crescente redução do proletariado fabril estável; o aumento do trabalho morto corporificado no maquinário tecnocientífico; o incremento do novo proletariado com trabalho precarizado; o crescimento dos assalariados médios e de serviços; o processo de trabalho é flexibilizado e descentralizado via terceirização; exclusão dos jovens e dos idosos do mercado de trabalho; a inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho; o aumento significativo do trabalho feminino; a expansão do trabalho em domicílio; o aumento significativo do adoecimento; e a globalização dos desafios relativo ao mundo do trabalho. Esta situação é destacada por diversos estudos atuais, entre os quais: os de Paul Singer, no livro “Globalização e Desemprego” (1979), e Marcio Pochmann na obra “A Década dos Mitos” (2001), Ricardo Antunes em “Caracol e a Concha” (2005) e “Os Sentidos do Trabalho” (1999), Giovanni Alves no “O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo” (2005), Armando Boito Jr e “Política neoliberal e sindicalismo no Brasil” (1999), Alberto Moreira Monteiro estudo “A Década neoliberal e a Crise dos Sindicatos no Brasil” (2003).

3.1 Os impactos da reestruturação produtiva nos metalúrgicos de Caxias do Sul

As repercussões da reestruturação produtiva⁶³ em Caxias do Sul podem ser verificadas a partir da variação do número de postos de trabalho segundo os grandes setores de atividade econômica: indústria, comércio e serviços, entre os anos de 1990 e 2000. Enquanto no referido período houve um aumento 2.995 postos de trabalho na indústria, no comércio o acréscimo foi de 3.732, no setor de serviços o mesmo foi de 10.981 (PERUZZO, 2004). Este crescimento maior do setor de serviços sugere uma possível terceirização de atividades que antes eram incluídas como postos de trabalho na indústria. Especificamente em relação à indústria metalúrgica verifica-se a diminuição de operários nas indústrias com mais de 100 empregados indicando as mesmas como o pólo dinâmico da reestruturação produtiva, mais especificamente no que se refere à introdução de tecnologia.

Destaca-se, ainda, para as empresas de porte médio, tomando como referência os anos de 1990 e 2000, que houve um crescimento no volume de empregados nos estabelecimentos de 100 a 249 trabalhadores e uma diminuição nos estabelecimentos de 250 a 499 empregados. Já os de grande porte apresentaram uma significativa diminuição de empregados, embora mantendo o número de estabelecimentos ao longo dos anos selecionados (PERUZZO, 2004, p. 93).

Cabe salientar que a indústria metal-mecânica tem utilizado a rotatividade da mão-de-obra enquanto mecanismo para rebaixar o salário. Os dados mostram que em 1995, do total das rescisões de contrato de trabalho ocorridas 47,5% dos operários recebiam entre três e cinco salários mínimo, e os 63,1% dos admitidos passaram a ganhar até três salários mínimos. Portanto a rotatividade “[...] é um mecanismo que os patrões utilizam para rebaixar o preço pago pela mão-de-obra, reduzir os custos de produção e, com essa vantagem competir melhor com outros capitalistas” (SILVA in STIMMME, 1996, p. 5).

Isto sem contar, que no Brasil de cada 10 trabalhadores, seis estão fora da previdência social, o que incide na proteção social. Evidentemente que isto reflete o elevado número de desempregados e de inseridos no mercado de trabalho informal (WÜNSCH, 2004, p. 49)

Além destas repercussões, este processo provoca modificações na natureza do trabalho, no seu significado, no seu conteúdo, no mercado de trabalho e nas relações de

⁶³ A reestruturação do processo produtivo, entendida de um lado como o conjunto de inovações tecnológicas especialmente de base microeletrônica e de outro, através da organização do trabalho, expressa no uso do modelo flexível e as novas modalidades de gestão da produção, tais como: CCQs e Programas de Qualidade Total integra a busca de recomposição das taxas de acumulação.

produção, impactando no movimento sindical devido a busca de captura da subjetividade operária pela lógica do capital. Situação que se reflete no desenvolvimento de práticas sindicais corporativistas de cariz “propositivo”.

O participacionismo ativo que passou a exigir da CUT a apresentação de propostas realistas, isto é, que fossem passíveis de serem encampadas, nos fóruns tripartites, pelos empresários e pelos governos neoliberais. O sindicalismo propositivo é, por isso, um sindicalismo que pretende elaborar propostas que interessariam tanto aos governos neoliberais e às empresas quanto aos trabalhadores (BOITO JR., 1999, p.144).

Estas transformações somente referendam o que Marx e Engels escreveram no “Manifesto Comunista”: “A burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os meios de produção e, por conseguinte, as relações de produção e, com elas, todas as relações sociais” (MARX e ENGELS, 1980, p. 96). A partir do advento do capitalismo, conforme Marx (2001), a burguesia fez com que tudo que era sólido se desmanchasse no ar. Sendo por isto possível afirmar: “Desde a época de Marx, a instabilidade pode parecer a única Constante do capitalismo” (SENNETT, 2006, p. 23).

Em sua obra “O Capital”, Marx (1980) ao analisar a sociedade capitalista da época, destaca que a indústria moderna não considera e trata como definitiva a forma existente de um processo de produção. Portanto as transformações estão vinculadas ao processo de acumulação capitalista. Sendo que a exploração dos trabalhadores e o meio para aumentá-la pelos capitalistas dá-se pelo uso de vários recursos, entre eles: a extensão na duração do trabalho e que tem resistência na limitação física do trabalhador e na sua organização e luta pela redução da jornada de trabalho. Outro mecanismo usado, é a maior intensificação do trabalho através de processos de gestão e organização e cujo limite está na impossibilidade indefinida de aumentar os ritmos de trabalho e nas resistências dos trabalhadores. E, ainda a mais-valia também é buscada através do crescimento da produtividade via uso da tecnologia. Em suma, o capital precisa de inovações tecnológicas e da organização e gestão do trabalho para fazer frente à necessidade de competitividade guiada pela lógica do mercado e sua concorrência intercapitalista.

O atual modelo de acumulação tem como um dos pressupostos essenciais as inovações tecnológicas de base microeletrônica cuja consequência têm sido o aumento do trabalho morto, corporificado no maquinário tecnocientífico, e a respectiva diminuição do trabalho vivo provocando a redução do emprego da força de trabalho na produção da riqueza ocasionando maior desemprego estrutural.

Apenas para exemplificar, em 1980 a planta da Volkswagen em São Bernardo do Campo produzia 100 mil carros ano com 30 mil trabalhadores. A planta da General Motors de

Gravataí, Rio Grande do Sul, emprega apenas 1.200 trabalhadores diretos e tem capacidade de montar 140 mil automóveis anos (CARDOSO, 2003). Aos operários da montadora instalada no estado gaúcho deve ser ainda acrescido os das terceirizadas.

Com a revolução da base técnica ocorre o aumento da produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração de mais-valia, economizando mão-de-obra. O argumento utilizado é que isto possibilitará a competitividade diante da concorrência intercapitalista em um mercado “globalizado” pela abertura econômica a partir da “reforma” do Estado baseada no ideário de recorte neoliberal. Portanto nesta perspectiva é natural a proposta de alteração da legislação trabalhista e a permanente crítica ao sistema de proteção social em nosso país.

Esta realidade traz conseqüências ainda mais negativas aos salários e aos direitos gerando insegurança, mas é apresentada como inevitável diante da concorrência e da modernização tecnológica. A insegurança passou a ocorrer em diversos níveis do trabalho, no mercado de trabalho, no emprego, na renda, na contratação e na representação (MATOSSO, 1995, p. 525). Esta situação é justificada pelos intelectuais orgânicos da classe dominante⁶⁴ com argumentos que na sua essência assemelham-se aos do movimento Luddita durante a Revolução Industrial, que atribuem culpa ao maquinário, fetichizando⁶⁵ o processo em curso e seu real objetivo de elevar as taxas de acumulação.

O impacto sobre a ação sindical desta realidade de redução do emprego formal é o declínio geral das taxas de sindicalização e do número de greves. Apenas para comparar no período de maior incidência de greves no país, em 1989, foram registradas 3.943 paralisações (COSTA, 2006) Já no ano de 2004, foram 302 greves, sendo que destas apenas 114 em empresas privadas, o que equivale a 38%. Evidentemente que a maioria das paralisações constituem resistência do setor público diante do seu sucateamento, desmantelamento e sua privatização a partir da redefinição do papel do Estado pela política de base neoliberal.(DIEESE, 2005)

Entre as possíveis causas para esta alteração da situação do movimento sindical destacam-se:

As condições favoráveis de alta inflação e baixo desemprego foram substituídas por baixa inflação com alto desemprego e informalização, introduzindo um componente de insegurança no trabalho, no emprego e na renda que reduz severamente a propensão dos trabalhadores à ação coletiva. (CARDOSO, 2003, p. 43).

⁶⁴ São os intelectuais cuja função e atuação criam condições favoráveis a sua hegemonia

⁶⁵ Forma de aparência que oculta a essência, isso é, máscara a relação social.

Neste contexto dá-se a diminuição de pessoas associadas ao sindicato sobre o total de pessoas ocupadas uma vez que a taxa de sindicalização dos trabalhadores urbanos em 1992 estava em 17,7% e em 2003 ficou em 16,7%. Assim o incremento do capital morto e diminuição do capital vivo no processo produtivo fragiliza a ação coletiva dos trabalhadores diante da ameaça do desemprego.

Essas transformações no mundo trabalho repercutem na subjetividade da classe operária, uma vez que ela é constituída a partir das vivências, experiências, costumes e normas adquiridas no processo produtivo. Segundo Dejours (1988), o trabalho domina não somente as horas de trabalho, mas também o tempo fora. Ele é condicionado pelo comportamento produtivo e perpassa os portões da fábrica e adentra a porta da casa, incidindo no tempo livre na forma de ser da classe operária e na sua organização.

A reestruturação produtiva introduz políticas de gestão baseadas na perspectiva da cooperação, através da participação do trabalhador individualmente no processo de trabalho ou lucro, via círculos de controle de qualidade (CCQs)⁶⁶ ou outras modalidades de envolvimento, buscando a adesão dos trabalhadores. Este novo paradigma de gestão solicita do trabalhador uma mudança de atitude diante do processo produtivo, exige uma nova cultura e visão de mundo na busca do envolvimento dos trabalhadores com os novos processos produtivos e com a empresa no contexto de crise do chamado mundo do trabalho e de implementação de tecnologias.

Um dos exemplos disto é a Marcopolo, empresa do setor metal-mecânico de Caxias do Sul. A partir de 1986 começou a introduzir o sistema Toyotista de produção o qual produz uma mudança cultural, onde o domínio absoluto do capital cederia lugar a colaboração entre os trabalhadores denominados de “colaboradores” e os patrões de “empreendedores”. (STOTZ, 2000) A este respeito, Castels (1998, p. 519) afirma que: “A administração participativa exige mobilização de competências não apenas técnicas, mas também sociais e culturais, que pegam no contrapé a cultura profissional tradicional de uma maioria de assalariados”.

Com a reestruturação produtiva fica evidenciado de maneira clara que não há antítese entre produzir e dominar, pois as relações de subordinação e subjetividade significam possibilidade de intensificação da extração da mais-valia. “Hoje, muito mais que durante a

⁶⁶ Grupo voluntário e permanente de pessoas de um mesmo setor de uma empresa que recebem treinamento objetivando a prática do controle de qualidade dentro deste setor, como parte das atividades. A justificativa para isto é a criação de um bom ambiente de trabalho; possibilitar o desenvolvimento das infinitas possibilidades da capacidade mental humana; contribuir para o melhoramento e desenvolvimento da empresa.

fase de hegemonia taylorista/fordista⁶⁷, o trabalhador é instigado a se autocontrolar, a auto-recriminar-se e, até mesmo, autopunir-se quando a produção não atinge a meta desejada [...]” (ANTUNES, 2005, p.53), além do envolvimento do trabalho vivo ser um pressuposto formal das novas tecnologias microeletrônicas em virtude de sua complexidade e alto custo.

Diante desta realidade de captura da subjetividade operária pelo capital há uma fragilização das resistências coletivas, evidenciada na redução do número de sindicalizados com a introdução de elementos da gestão toyotista. Este modelo significa, portanto a superação do paradigma taylorista/fordista de organização e gestão do processo de trabalho gerador de resistências, articulando coerção capitalista e consentimento operário. Somente a título de exemplo se pode verificar os dados relativos ao elevado índice de absenteísmo, turnover (abandono do emprego), no descaso com a produção refletida nos produtos com defeitos, greves e sabotagens do final dos anos 60. Somente, em 1969, diariamente faltavam 5% dos trabalhadores horistas da General Motors nos EUA, mas, nas segundas e sextas-feiras, esse percentual passava a 10%. Na Ford, o índice de abandono de emprego foi de 25,2% no mesmo ano, enquanto que na Crysler de Detroit, mais da metade não chegavam a completar três meses de trabalho (BORGES, 1992).

O atual paradigma flexível tem como pressuposto a mudança de atitude do trabalhador diante do processo produtivo, na medida em que adota uma nova cultura e visão de mundo com o intuito de obter o envolvimento e reduzir as resistências. É a busca de tornar domável, complacente e submissa a força de trabalho, o que constitui o “momento predominante” do “complexo de reestruturação produtiva” (ALVES, 2005, p. 25).

O envolvimento, enquanto compromisso com a empresa e/ou com os valores e a lógica cultural burguesa, e com manifestação contemporânea predominantemente da consciência comum e formal, é um sintoma evidente das mudanças qualitativas que estão ocorrendo na tradicional relação entre os termos da luta de classes (político, econômico e teórico) (ALMEIDA e VASCONCELOS, 1997, p. 31).

O sistema de poder burocrático, piramidal e centralizado que caracterizava a organização e gestão do processo produtivo cede lugar a um controle instituído através de metas de produção ou lucro e a liberdade refere-se a maneira mais adequada para cumpri-la.

‘concentração sem centralização’ é a maneira de transmitir a operação de comando numa estrutura que não tem a clareza de uma pirâmide — e a estrutura institucional se tornou mais complexa, não mais simples. [...] Nas modernas organizações que praticam a concentração sem centralização, a dominação do alto é ao mesmo tempo forte e informe (SENNETT 2005, p. 65).

⁶⁷ O Taylorismo é baseado na separação das funções de concepção e planejamento das de execução com fragmentação das tarefas além de controle do tempo e movimento. O fordismo fundamenta-se na linha de montagem acoplada à esteira evitando o deslocamento dos trabalhadores, tornando o trabalho repetitivo, parcelado e monótono.

São as equipes e sua competição interna que definem a maneira de alcançar as metas, as quais justificam o trabalho flexível como forma de desenvolver as aptidões pessoais e desta maneira criam a ficção de “comunidade no trabalho”. A integração a esta comunidade na qual todos estão na mesma equipe contribuí para justificar a resistência ao sindicato. (ibidem. 2005). Mas, a competitividade do mercado (externo), de uma “economia instantânea” exige resultados rápidos e flexíveis o que requer certa medida de autonomia baseada na competição especialmente entre as equipes (mercado interno). Isto, significa uma ruptura com a cultura do modelo de acumulação taylorista-fordista baseada em termos de ganhos estratégicos de longo prazo, pois atualmente os ganhos são pensados em termos de perspectivas imediatas, na qual as estratégias baseadas em vantagens duradouras cedem lugar para as vantagens temporárias diante do cenário hipercompetitivo e individualista.

Esta ficção de comunidade existe na esfera da subjetividade pois a realidade objetiva demonstra o mecanismo de rotatividade na utilização da mão-de-obra pelo setor metal-mecânico de Caxias do Sul. No período entre 1993 e 1995 foram demitidos 33.124 metalúrgicos e admitidos 33.568, sendo que 84,5% dos metalúrgicos admitidos neste período o foram na condição de reemprego (SILVA, 1996).

A decorrência deste processo, é o aparecimento de “três déficits sociais” nas relações, quais sejam: o “[...] baixo nível de lealdade institucional, diminuição da confiança informal entre os trabalhadores e o enfraquecimento do conhecimento institucional” (SENNETT, 2006, p.62). Em relação a fragilização da lealdade do trabalhador cabe destacar que a mesma decorre de um contexto em que as transações são de curto prazo e os respectivos relacionamentos são instáveis e não há uma participação efetiva no planejamento. O segundo déficit social refere-se a confiança especialmente informal, isto é na dificuldade de prever em quem confiar quando o grupo está sob pressão, pois diante das mudanças freqüentes das “equipes de trabalho” ocorre o ocultamento do “comportamento e caráter”. Por fim quanto à debilitação do conhecimento institucional que necessita de tempo para que ocorra o acúmulo de experiências. Diante disto como desenvolver um sentimento de inclusão social a partir da identidade de trabalho ainda mais diante do estabelecimento da competição no “mercado interno” dificultando delimitar entre “concorrente e colega” (SENNETT, 2006).

Os contrastes entre as práticas político-econômicas da atualidade e as do período de expansão do pós-guerra são suficientemente significativos para tornar a hipótese de uma passagem do fordismo para o que poderia ser chamado regime de acumulação “flexível” uma reveladora maneira de caracterizar a história recente. Diante da crise dos anos setenta do século XX surge a acumulação “flexível” apoiada na flexibilidade dos processos de trabalho,

dos mercados, dos produtos e padrões de consumo (HARVEY, 2003, p. 119). Nela, parcela dos trabalhadores é submetida ao processo produtivo flexibilizado pois tem que estar adaptado às flutuações da demanda. O ambiente de incertezas e instabilidades característico do capitalismo assume uma dimensão mais ampla diante da concorrência em meio a globalização neoliberal, desregulamentadora da economia e das relações capital e trabalho. A flexibilidade na produção possibilitada pelas novas tecnologias permite uma rápida reconfiguração das máquinas, destruindo a tradicional tecnologia rígida, controle de trabalho e hábitos de consumo.

O resultado é a “revolução na dimensão do tempo” já que o capitalista tem que reduzir o tempo de giro do seu capital, diferentemente do período anterior dos investimentos de capital fixo de larga escala e longo prazo que presumia mercados de consumo estáveis e crescentes. É nesta nova realidade que se deve situar a adoção do princípio just-in-time que significa eliminação dos estoques a partir do uso tecnologia de comunicação, possibilitadora do mapeamento dos insumos, produção e das vendas em tempo real. Além do aproveitamento do tempo de produção usando o sistema Kanban, de placas e senhas de comando para a reposição de peças e estoques o qual é revelador da racionalidade intrafirma e paradoxalmente da irracionalidade social manifesta no “dualismo” do mercado de trabalho e desemprego estrutural.

Diante da flexibilidade, com suas incertezas surge a apologia ao individualismo, do empreendedorismo, ao destacar as competências pessoais como forma de inclusão ou exclusão do mercado. A ênfase é na capacitação individual através da exigência de um novo perfil de trabalhador, cujas características valorizadas são: a formação, a polivalência, a capacidade analítica e de inovação, a responsabilidade e a criatividade. Nesta perspectiva, o mais competente será promovido e ocupará os postos mais elevados na hierarquia social e econômica.

A explicação para as diferenças na esfera produtiva e social, baseia-se nas qualificações subjetivas como: inteligência, habilidades e força de vontade, numa evidente proeminência moral do indivíduo em relação à coletividade. Esta nova cultura afeta a relação dos trabalhadores com sua entidade sindical que não consegue obter ganhos imediatos, aliado a derrota das utopias revolucionárias diante do “fim do comunismo”.

Atualmente tem sido comum para largos setores da sociedade, abordar as causas da exclusão social como resultado de fatores individuais e, portanto o esforço contra a exclusão é dotar os indivíduos de melhor qualificação e/ou mais motivação. A expressão mais evidente disto é a ênfase atribuída ao empreendedorismo.

Em primeiro lugar, o empreendedorismo envolve o processo [...] de criação de algo novo, de valor. Em segundo lugar, o empreendedorismo requer devoção, comprometimento de tempo e esforço para a empresa crescer. E em terceiro, o empreendedorismo requer ousadia, que assumem riscos calculados, que se tomem decisões críticas e que não desanime com as falhas e erros (DORNELE, 2001, p. 102).

Desta maneira o indivíduo passa a ser culpabilizado pela sua condição e situação, e assim, a estrutura social não é considerada como um fator inibidor do desenvolvimento das potencialidades pessoais. Com isto a luta deixa de ser contra a estrutura social excludente e passa a ser contra os limites individuais. Em suma, sai do sindicato enquanto esfera coletiva e passa para o indivíduo atomizado.

Assim, nesta perspectiva, a inserção a um trabalho precarizado, isto é, parcial, terceirizado, informal decorre da falta de qualificação para obter um trabalho formal e qualificado. O que é desmistificado pela pesquisa elaborada pelo DIEESE, na grande Porto Alegre, onde, a contratação flexibilizada em 1999 representava 24,8% dos postos gerados pelas empresas contra 22,1% em 1993. Enquanto que segundo Pochmann (2004) o nível de informalidade na América Latina chegou a 44% do total do emprego na década de noventa.

Com o decréscimo do emprego formal e o crescimento do informal, os direitos trabalhistas dos primeiros passam a ser alvos de ataque, pois são considerados como privilégios e obstáculo à expansão do emprego formal. Numa clara tentativa de manipulação da informação objetivando a redução das conquistas históricas do movimento sindical. Mas isto, também tem fortalecido a luta corporativa dos sindicatos mais atuantes através de ações isoladas em relação ao conjunto de sua classe, fragilizando a unidade e enfrentamento aos elementos estruturais determinantes da situação.

Neste sentido, constitui um desafio histórico para o movimento sindical incorporar à luta os operários com emprego e os desempregados cuja concorrência decorre em grande medida devido a luta pela sobrevivência, e a sua consciência da imediatividade que não permite transformá-lo em “classe para si”. Esta disputa se acentuou, pois estudos indicam que o tempo médio de procura por emprego aumentou e o mundo industrializado se caracteriza cada vez mais pelo desemprego de longa duração. Portanto, não tem dúvida de que o desemprego é uma variável estratégica de dominação do capital. "Para alguns, trata-se de um período breve de adaptação e transição para novos empregos. Para outros, é um longo e gradual processo de afastamento da esfera produtiva e de desqualificação social" (CATANI, 1996, p. 52). Os desempregados vivem uma situação cada vez mais insegura e contribuem para a insegurança dos que estão no emprego.

Portanto uma parcela significativa dos trabalhadores perde a possibilidade de vender sua única propriedade, a sua força de trabalho indispensável para obtenção dos recursos a fim de adquirirem os bens para satisfação de suas necessidades. Ao serem excluídos da sociabilidade do trabalho são afastados das promessas de modernidade. Já que:

[...] o primeiro pressuposto de toda existência humana e, portanto de toda a história é que todos os homens devem estar em condições de poder 'fazer história'. Mas, para viver. É preciso, antes de tudo, beber, comer, ter moradia, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam que haja a satisfação dessas necessidades[...] (MARX; ENGLS, 2004, p. 53).

O desemprego, as mudanças da legislação trabalhista contribuem para o incremento do trabalho precarizado utilizado geralmente nas terceirizações da produção. A indústria ou empresa cada vez mais se envolve diretamente somente na produção daquilo que é central para ela. Um dos exemplos deste processo é o setor automobilístico que de indústria tornou-se montadora, o que faz com que haja o crescimento do número de trabalhadores em pequenas e médias empresas, conforme dados da Relação Anual de Informações (RAIS) do Ministério do Trabalho. Se, no ano de 1990, a maior parte dos empregados estava alocada em empresas de mais de 500 trabalhadores (38,8%), no ano de 2002, essa maioria, estava representada pelas empresas de 0 a 49 trabalhadores (38,2 %). A isto deve-se acrescer que no ano de 2001 a maioria dos sindicatos brasileiros é de base municipal (53%) e intermunicipal (25%) o que mostra uma descentralização das negociações coletivas de trabalho que ficam restritas por categorias profissionais e a uma base geográfica mínima (COSTA, 2006).

Diante da tecnologia disponível e da abertura das economias e da centralização da produção do essencial, ocorre uma alteração quanto a noção de espaço geográfico, em um contexto de desenvolvimento econômico desigual na qual o capital é mundializado. Enquanto o capital tem mobilidade, no sentido oposto, cada vez mais os países criam dificuldades para o ingresso de imigrantes. A liberdade de investimento pesa sobre seus assalariados, através da ameaça como do efetivo deslocamento de plantas industriais para países ou regiões onde a mão-de-obra é barata e os assalariados são pouco ou nada organizados e com pouco direitos garantidos. Certamente esta realidade contribui para dificultar as negociações e mobilizações diante da dispersão operária.

Todas estas transformações constituem a tentativa do capital de buscar a superação da crise do padrão de acumulação taylorista/fordista e da necessidade de dominação societal a fim de controlar as lutas reivindicatórias que afetam, sobretudo, os índices de acumulação capitalista. Neste sentido, percebe-se a permanente tentativa de descaracterizar, desqualificar

ou criminalizar as ações coletivas especialmente as sindicais ou a tentativa de cooptação dos operários e suas lideranças.

A constituição de um novo complexo de reestruturação produtiva no Brasil significa, antes de tudo, a procura de uma nova hegemonia do capital na produção, adequada à nova etapa do capitalismo mundial (ALVES, 2005, p.13).

Alias, Antunes (1998) na obra “Adeus ao Trabalho” apresenta a contribuição de Coriat (1992) para o entendimento dos condicionantes históricos da implementação do Toyotismo no Japão, o qual se deu a partir da desestruturação do sindicalismo combativo cuja ação patronal combinou repressão com cooptação. É oportuno salientar que se associar a um sindicato não indica necessariamente disposição de luta devido as características desse aparelho sindical, na medida em que são os operários das “pequenas empresas” que mais se associam ao sindicato, buscando assistência médica e jurídica.

As transformações organizacionais e de gestão em curso ocorrem normalmente associadas às tecnológicas e ao ideário e pragmática de recorte neoliberal. Isso significa que as transformações no mundo do trabalho encontram terreno fértil neste ideário, que propõe a substituição do Estado de bem-estar social, pela fórmula de menos Estado e mais mercado e advogam a desregulamentação da economia, flexibilização das relações de trabalho, a privatização das estatais, e a abertura econômica, com a livre circulação do capital. Este processo tem seus desdobramentos na subjetividade da classe operária, na sua organização sindical e resistência.

Assim a estratégia de resistência sindical diante da reestruturação produtiva pode ser de forma “explícita” ou “não-declarada” e ensejar práticas do tipo: abdicar de intervir pois seria “gerir o capitalismo”; negociar para minimizar impactos após o fato consumado; intervenção/negociação procurando incidir ou na constituição de uma resistência estratégia que combine interesse imediato com a perspectiva de emancipação de classe.

Assim, o desafio é compreender esta realidade tão complexa, na qual ocorre a ação sindical a partir das transformações no mundo do trabalho. Portanto, a discussão sobre a organização e ação sindical associada à reestruturação produtiva é um debate teórico com dimensão ideológica, política e econômica com repercussões na materialidade e subjetividade. A sua compreensão servirá de “fios de Ariadne” que possibilitarão a ação sindical enquanto um meio (não único) de derrotar a lógica destrutiva do capital. Evidentemente que isto requer muito mais que o fortalecimento da identidade inerente decorrente da classe definida pelas condições de existência, mas contribuir com o fortalecimento da identidade derivada, isto é,

da posição que assume na perspectiva de fazer valer seus próprios interesses e se constituírem, enquanto classe consciente, do lugar no processo de produção e de seu papel transformador.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa permitiu uma incursão na história brasileira especialmente no que se refere às expressões da desigualdade social e a resistência às mesmas especialmente através da organização sindical. Possibilitou evidenciar o quanto as classes dominantes utilizam-se de mecanismos de hegemonia e dominação para assegurar seus interesses. Entre os mecanismos para a obtenção do consentimento buscam efetivar os mitos fundadores deste “imenso país abençoado por Deus”, tais como: “o povo brasileiro é pacífico e ordeiro”; “no país não há preconceito e discriminação de classe; aqui se acolhe a todos”; “somente não progride quem não quer trabalhar”; ressaltando a cultura da personalidade e a capacidade de adaptação. Portanto, há uma evidente tentativa de construção de uma representação do brasileiro, que se não entendida em suas contradições pode engendrar um conformismo, uma passividade e ufanismo em relação ao país, tendo como decorrência a aceitação do sistema dirigente pelos excluídos (econômica, social, cultural e politicamente) e, sua culpabilização pela condição.

A busca pela dominação consentida omite as contradições no seio das classes dominantes, manifestas no Brasil em diferentes períodos da história como a Revolta de Beckman no Maranhão (1684); Guerra dos Mascates em Pernambuco (1709-1710); Guerra dos Emboabas (1709); Inconfidência Mineira (1789); Conjuração Baiana (1798); Revolução Pernambucana (1817); Movimento da independência; Movimento republicano; Movimento de 30 e a Nova República.

Tenta ocultar as contradições de classes evidenciadas na luta de resistência e organização das nações indígenas, dos escravos africanos e dos operários imigrantes e brasileiros. A luta se manifesta: na resistência indígena; no Movimento abolicionista; nos Quilombos, na Balaiada (1831-1841); na Guerra de Canudos (1896-1897); na Revolta da Vacina (1904); na greve do porto de Salvador (1907); na Revolta da Chibata (1910); na Guerra dos Contestado (1912-1916); na Greve Geral (1917); na fundação do Partido Comunista do Brasil (1922); na Coluna Prestes (1925-1927); na Intentona Comunista (1935); na Campanha o Petróleo é Nosso; na Campanha da Legalidade (1961); nas Greves operárias (1968); na luta armada especialmente da Guerrilha do Araguaia (1972-1975); nas Greves operárias da década de 80; na luta democrática pelas eleições direta; nas ocupações do Movimento dos Trabalhadores sem Terra; no Fora Collor; na eleição do operário metalúrgico Lula para presidente. São algumas das lutas desenvolvidas especialmente pelos oprimidos e explorados.

Assim não é de se estranhar que as classes dominantes muitas vezes recorreram a coerção, isto é, governos autoritários e centralizadores para assegurar suas vantagens. A participação do povo não é percebida como uma “cidadania ativa”, mas uma ameaça daí, a busca de sua “cidadania passiva”, a qual pode ser expressa na permanente tentativa de controle do movimento sindical, através de sua regulamentação oficial (1931), da intervenção nos Sindicatos e destituição das diretorias a exemplo do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Caxias do Sul (1948) ou ainda via cooptação de líderes operários.

Os mesmos governos que limitaram os direitos políticos e civis especialmente dos proprietários da força-de-trabalho, geralmente expandiram alguns direitos sociais. Somente com a democratização do país a partir de 1985 acontece a ampliação dos direitos políticos, civis e especialmente de políticas sociais públicas e universais como da assistência social através da Constituição de 1988 (atualmente ameaçada).

Quanto à intervenção ou não do Estado na economia ou nas políticas sociais é oportuno salientar que o Estado Brasileiro surgiu adotando o liberalismo formal, mas a lógica que norteou a ação foi o patrimonialismo, isto é, o comprometimento com os interesses privados. Em alguns momentos foi liberal no que se refere à não intervenção na relação senhor e escravo, patrão e operário ou na assistência social. Em outros a intervenção do Estado na economia e na relação capital/trabalho buscou o controle dos conflitos subordinando o Sindicato ao Estado para favorecer a acumulação.

Evidentemente que, na medida em que o Estado também é uma esfera de disputa política decorrente de uma sociedade de classes ele não pode deixar de incorporar as demandas das classes subalternas que o pressionam. No caso do Brasil os detentores do poder conduziram este processo, mesmo quando pressionados, e é neste contexto que se encerram algumas transformações societárias e conquistas salariais ou de políticas sociais na perspectiva clientelista ou de direito.

O modelo econômico inicialmente de base agroexportadora foi suplantado a partir de 1930 pelo nacional desenvolvimentismo de forte apelo populista, o qual por sua vez foi interrompido pelo modelo de associação ou dependência ao capital estrangeiro. Portanto, o rápido crescimento industrial brasileiro foi uma modernização conservadora na medida em que manteve a concentração e centralização em todos os níveis. Assim, não é de causar estranheza o fato do Brasil, apesar de ser uma grande economia, também ser um dos países de maior desigualdade social, que só não é mais acentuada devido a ação coletiva desenvolvida inclusive pelo movimento sindical.

Na atualidade, vivenciam-se diversas mutações na economia e no mundo do trabalho, que afetam as condições materiais e a subjetividade da classe operária. Quanto às primeiras, cabe destacar que nunca se contou com tantos recursos tecnológicos, aumentando a capacidade de produzir e propiciar condições básicas de vida. Mas, que contraditoriamente está concentrada, na medida em que 20% dos habitantes dos países de maior renda são responsáveis por 86% do total de gastos em consumo privado, enquanto os 20% mais pobres contam com apenas 1,3%. (SADER, 2005). Vive-se um crescente aumento da pobreza, que atinge dois bilhões e setecentos milhões de pessoas, cerca de 50% da população mundial (POCHMANN, 2004).

Diante desta realidade a classe dominante busca incessantemente preservar sua hegemonia, através de um conjunto de idéias apresentadas como verdades comprovadas, e tenta conquistar a subjetividade, especialmente dos operários a fim de dificultar as ações coletivas desenvolvidas pelos sindicatos. No entanto, isso tem limite na própria situação econômica que tem acentuado as contradições e feito emergir novas expressões da questão social que somente crescem com a implementação da política de orientação neoliberal. O desafio consiste em compreender esse processo, possibilitando desocultar a realidade e construir uma nova hegemonia. Portanto implica resistir e trabalhar na formação de uma identidade coletiva capaz de orientar a ação em busca da superação da sociedade capitalista na qual a ação sindical tem papel destacado.

Assim, ao desocultar o processo de mutações tem-se a perspectiva, ao menos é o que se pretende, de servir de fios de Ariadne para a ação sindical no labirinto do processo produtivo e, dessa forma possibilitar estabelecer uma nova correlação de forças favorável aos operários. Contribuir com a compreensão do processo histórico e o contexto atual é possibilitar a formulação de estratégias de ação sindical para enfrentar as expressões da questão social, auxiliando na luta por uma sociedade onde o ser humano constitua o centro das políticas sociais e o trabalho instrumento de satisfação das necessidades e realização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Milton B. de, VASCONCELOS, Nilton. Trabalho e qualidade total. *Revista princípios*. São Paulo, n. 43, p. 22-31, 1997.

ALVES, Gionanni. *O Novo (e precário) Mundo do Trabalho: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. 1ª reimpressão, São Paulo: Boitempo, 2005.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. *Classe Operária, Sindicatos e Partidos no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe, da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. 3ª ed., São Paulo: Cortez, 1990

_____. *Adeus ao Trabalho, ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortes, 1995.

_____. *Os Sentidos do Trabalho, ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. *O Caracol e a concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo, Boitempo Editora, 2005.

BARDIN, Laurence. *L'analyse de contenu*. France: Presses Univesitaires, 1977.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em Contra-reforma*. São Paulo, Cortez, 2003.

BIBLIA SAGRADA. *São Paulo, Sociedade Bíblica do Brasil*, 1988.

BIONDI, Aloysio. *O Brasil Privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.

BOITO JR., Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Xamã, 1999.

BRUYNE, Paul de. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica*. 2ª ed., Rio de Janeiro. F. Alves, 1982.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX*, Rio de Janeiro: Guanabara, 1974.

BORGES, Altamiro. Reflexos da automação na Consciência Operária. *Revista Princípios*. São Paulo, n. 26, p.35-41, 1992.

CARDOSO, Adalberto Monteiro. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo, Boitempo editoria, 2003.

CARONE, Edgar. *A República Velha*. São Paulo, DIFEL, 1970, p. 70-92

CARONE, Edgard. *Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo, DIFEL, 1979.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 6ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

CARVALHO, Márcia. *Revista Comemorativa aos 70 anos do Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul*. Caxias do Sul: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul, 2003.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Petrópolis-R.J., Vozes, 1988.

CATTANI, Antônio D. *Trabalho e Autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____(org). *Trabalho e Tecnologia: Dicionário Crítico*. Petrópolis: Editora Vozes, Porto Alegre: Editora da Universidade, 1997.

_____. *Ação Coletiva dos Trabalhadores*. Porto Alegre: SM Cultura – Palmarinca, 1991.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *Pesquisa histórica e Análise de Conteúdo: uma questão de afinidades*. Porto Alegre: PUCRS/FFCH/PPGH, 2001, mimeo

CHAUI, Marilena. *Mito Fundador e sociedade Autoritaria*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.

COSTA, Walber Carrilho. *Sindicalização e Greves: história recente do movimento sindical brasileiro*. Disponível em: <<http://www.anpuuh.uepg.br/historia-hoje/vol.2n6/walber.htm>>. Acesso em 25/01/2006.

COUTO, Berenice Rojas. *O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?*. São Paulo, Cortez Editora, 2004

DEJOURS, Christofhe. *A loucura do Trabalho, Estudo de psicopatologia do Trabalho*. São Paulo: Cortez, Oboré, 1988.

DURKHEIM, Emile. *A divisão do trabalho social*, 2ª ed. Lisboa. Presença, 1984.

DORNELE, José Carlos Assis. *Empreender: transformar idéias em negócios*. Rio de Janeiro: Editora Campos, 2003.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. *História: série novo ensino médio*, São Paulo, Àtica, 2000.

FIORI, José Luís. *O vôo da coruja: para reler o desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro, Record, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Irani. *Metodologia da Pesquisa Educacional*. São Paulo: Cortez Editora, 1994.

GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. *Casas de negócio: 125 anos de imigração italiana e o comércio regional*. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*, 12ª ed., São Paulo, Edições Loyola, 2003.

HEREDIA, Vânia B. M; PERUZZO, Juliana F. Implicações tecnológicas nos processos de trabalhos na indústria caxiense. *Caderno de Pesquisa*. Universidade de Caxias do Sul. V.6, n.3. Caxias do Sul: UCS, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, 26.ed., São Paulo, Companhia das letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*, 3. ed. São Paulo, Cortez, 2000.

LAZZAROTTO, Valentim. *Pobres Construtores de Riqueza*. Caxias do Sul, EDUCS, 1981.

LIMA, Heitor. *História político-econômica e industrial do Brasil*. São Paulo, Companhia editora Nacional, 1970,

JESUS, Antônio Tavares de. *Educação e hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci*. São Paulo, Cortez, Campinas, Editora da Universidade de Campinas, 1989.

LOSOVSKI, D. *Marx e os Sindicatos*. São Paulo, Anita Garibaldi, 1989.

PILETTI, Felipe. *Martelo e Prensa: o geral e o específico no discurso e atuação dos Comunistas de Caxias do Sul, através do Jornal a Voz do Povo (1945-1954)*. Mimeo, 2005

KONRAD, Diorge Alceno. *O Fantasma do Medo: o Rio Grande do Sul, a Repressão Policial e os Movimentos Sócio-Políticos (1930-1936)*. Tese de Doutorado em História. Faculdade de História da UNICAMP, Campinas, 2004.

KONRAD, Gláucia Vieira Ramos. *Os Trabalhadores e o Estado Novo no Rio Grande do Sul: Um Retrato da Sociedade e do Mundo do Trabalho (1937-1945)*. Tese de doutorado em História da UNICAP, Campinas, 2006.

KOSIK, Karel. *A Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

LOPEZ, Luiz Roberto. *História do Brasil contemporâneo*. 3.ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987.

MAESTRI, Mário. *Os senhores da terra: a colonização italiana do Rio Grande do Sul 1875-1914*. Passo Fundo, UPF, 1978.

MARTINELLI, Maria Lúcia. *O Uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social. Um instigante desafio.* Caderno do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade - NEPI, São Paulo, n.1, 1994.

MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de. *O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil.* 2ª ed. São Paulo, HUCITEC, 1989.

MARX, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel. In. *Temas de ciências sociais n°2*, São Paulo, Grijalbo, 1977.

MARX, Karl. *O Capital - Crítica da Economia Política*, Trad. Reginaldo Sant Anna, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____ e ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista.* 3ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

_____ *Obras escolhidas.* Vol.3, São Paulo, Alfa Omega, 1980.

MARCONI, Marina e LAKATOS. Eva. *Técnicas de Pesquisa.* São Paulo: Atlas, 1996.

MATTOSO, Jorge. *A Desordem do Trabalho.* São Paulo: Scritta, 1995.

MORAES FILHO, Evaristo de. *Auguste Comte: sociologia.* São Paulo, Ática, 1978.

MINAYO, Maria C. (org.). *Pesquisa Social, Teoria, método e criatividade.* 7ª Edição, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

OLIVEIRA, Francisco. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*, 6. ed. Petrópolis, Editora vozes ltda, 1988.

PERUZZO, Juliane Feix. *O sistema de Proteção Social no Contexto de Reestruturação Produtiva no Município de Caxias do Sul no Período de 1990-2000.* Tese de Doutorado em Serviço Social. Faculdade de Serviço Social, Pontifício Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 7ª reimpressão. São Paulo, Brasiliense, 2004.

PRATES, Jane. *O planejamento da Pesquisa*. Revista Temporalis n 7. Porto Alegre: ABEPSS, 2003.

POCHMANN, Márcio. *A década dos mitos, o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. *Atlas da exclusão social: a exclusão no mundo*. São Paulo, Contexto, 2004.

POLANYI, Karl. *A grande Transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

QUINTANEIRO, Tânia. *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber*, 2.ed. Belo Horizonte, editora UFMG, 2002.

SADER, Emir (org.). *Pós-Neoliberalismo, as Políticas Sociais e o estado Democrático*. São Paulo: Paz e terra, 1995.

SALAMA, Pierre, VALIER, Jacques. *Uma introdução à economia política*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

SANDRONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de economia*. 12ª ed. São Paulo, editora Best Seller, 2003.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro, Record, 2005.

SENNETT, Richard. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro, Record, 2006.

SILVA, Edson. *Cruel rotatividade: uma das faces mais dolorosas da exploração capitalista*. Caxias do Sul, Publicação do Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul, 1996.

SILVA, Francisco de Assis. *História do Brasil: colônia, império, república*. São Paulo, Moderna, 1992.

SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado*. São Paulo, USP, 1966.

SINGER, Paul. *Economia Política do Trabalho*, 2ª edição, São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. *Globalização e Desemprego*. Diagnóstico e Alternativas. São Paulo: Editora Contexto, 1999.

SOUZA, Jessie Jane Vieira de. *Círculos operários: a igreja Católica e o Mundo do Trabalho*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2002.

STOTZ, Eduardo. Reestruturação industrial na visão dos empresários brasileiros. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 60. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

THE ECONOMIST, 11 de agosto de 1967. In CASTRO, Terezinha de. *História documental do Brasil*. Rio de Janeiro, Record, 1968.

WÜNSCH, Dolores Sanches. *A Construção da desproteção social no contexto histórico-contemporâneo do trabalhador exposto ao amianto*. Tese de doutorado em Serviço Social – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.